

3º REUNIÃO ORDINÁRIA

DO CONSELHO SUPERIOR DO
CENTRO DE ALTOS ESTUDOS
EM CONTROLE E
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Transcrição de Áudio

 **TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO**

 **Instituto Serzedello Corrêa**
Escola Superior do Tribunal de Contas da União





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

MINISTROS

Bruno Dantas, Presidente
Vital do Rego, Vice-presidente
Walton Alencar Rodrigues
Benjamin Zymler
Augusto Nardes
Aroldo Cedraz
Jorge Oliveira
Antonio Anastasia
Johnathan de Jesus

MINISTROS-SUBSTITUTOS

Augusto Sherman
Marcos Bemquerer
Weder de Oliveira

MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TCU

Cristina Machado, Procuradora-Geral
Lucas Furtado, Subprocurador-Geral
Paulo Bugarin, Subprocurador-Geral
Marinus Marsico, Procurador
Júlio Marcelo, Procurador
Sérgio Caribé, Procurador
Rodrigo Medeiros de Lima, Procurador

3º REUNIÃO ORDINÁRIA

DO CONSELHO SUPERIOR DO
CENTRO DE ALTOS ESTUDOS EM CONTROLE
E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Transcrição de Áudio



Brasília, 2023



BRASÍLIA (DF),
30 de agosto de 2023.



BRUNO DANTAS

Muito bom dia. Quero começar fazendo uma saudação a todos os membros do Centro de Altos Estudos em Controle da Administração Pública do Tribunal de Contas da União. Quero mencionar cada um nominalmente, até como forma de reconhecimento do nosso Tribunal pelo valioso trabalho que nos foi prestado. Affonso Pastore, que se encontra por vídeo, quero saudá-lo. Pastore, muito bom dia. Também à economista Anielle Guedes, fundadora da Urban 3D e Next, dou calorosas boas-vindas. O conselheiro Sebastião Helvécio não chegou. À economista e articulista da Folha de São Paulo, Cláudia Costin, também o nosso bom dia. E aos nossos conselheiros que se encontram presencialmente nas nossas instalações em Brasília. Doutora Carla Domingues, epidemiologista e doutora em Medicina Tropical, bem-vinda. Carlos Siqueira, advogado, presidente do Partido Socialista Brasileiro, acho que não chegou. A ministra Ellen Gracie é jurista, advogada, ministra emérita do Supremo Tribunal Federal. É um prazer muito grande para nós tê-la aqui, Ministra Ellen. Fernando Rodrigues, jornalista, fundador do site Poder360. Fernando, uma presença muito viva entre nós e para nós aqui no TCU. Fernando, é um prazer grande tê-lo como membro do nosso conselho, e a forma como você vê o mundo, a forma como você sabe apertar os botões para que o governo e o Estado prestem contas, e como você tem sido um defensor incansável da transparência. Também nos enche de ânimo essa convivência contigo. A Maristela Baioni, que é economista, representante residente do Pnud, também as nossas boas-vindas. E Leonardo Secchi, igualmente bem-vindo, Leonardo, especialista em políticas públicas e professor da Universidade do Estado de Santa Catarina. Caso outros membros cheguem, nós faremos o registro e a saudação. Eu gostaria de iniciar dizendo que, para mim, como presidente do Tribunal de Contas da União, é um prazer abrir essa terceira reunião do ciclo dois mil e vinte e um a dois mil e vinte e três desse importante Conselho Superior do Centro de Altos Estudos e Controle em Administração Pública do TCU. E eu quero mais uma vez renovar os agradecimentos, não só pela presença aqui, mas principalmente pela participação ativa nesse fórum de debates que nós da Corte Federal de Contas consideramos muito relevante. Este Centro de Altos Estudos, como os senhores e as senhoras sabem, foi instituído em dois mil e dezessete com o objetivo de gerar e disseminar conhecimento sobre melhores práticas para a administração pública e também para o aperfeiçoamento da atuação do próprio TCU. Ao longo dos anos, o Centro tem desempenhado um papel muito importante nessa empreitada, sendo palco de reflexão, aprendizado e colaboração. Como presidente do Tribunal, tenho o prazer de participar pela primeira vez de uma reunião do Conselho, e confesso que estou ansioso para conhecer as visões e perspectivas de cada um dos membros neste ciclo que se encerra agora. Vocês são os olhos e os ouvidos da sociedade dentro do TCU, e nós só temos a agradecer pelas contribuições. Hoje celebramos o encerramento de mais um ciclo de intenso trabalho e de grande produtividade.

Foram cerca de trinta horas de reuniões ao longo do período, e, nessa jornada, que contou com a dedicação e o empenho de todos aqui presentes, ficou claro o quanto a colaboração é vital para guiar nossa atuação, impulsionar nossa missão de melhorar a administração pública por meio do controle externo. Na manhã de hoje, nesse encontro, teremos a oportunidade de apresentar os resultados das discussões realizadas nos grupos de trabalho temáticos, concebidos a partir das valiosas propostas de todos os membros. Os grupos de trabalho representam um espaço crucial para aprofundar a análise de questões complexas e propor soluções e estratégias que tenham o potencial efetivo de impactar a administração pública e o sistema de controle. Além disso, o nosso secretário-geral adjunto de Controle Externo, Junnius Arifa, apresentará o relatório de atividades referente ao ciclo dois mil e vinte e um a dois mil e vinte e três. O relatório detalha as atividades realizadas e fornece uma visão abrangente do nosso progresso, que reflete o comprometimento e a dedicação de todos os envolvidos. De acordo com o plano de ação do nosso Centro para o ciclo dois mil e vinte e um a dois mil e vinte e três, analisaremos os resultados referentes aos três grupos de trabalho temáticos, quais sejam, primeiro: desenvolvimento socioambiental com o propósito de contribuir para a incorporação sistemática do tema Mudanças Climáticas nas fiscalizações do TCU e na atuação governamental. Temos grandes avanços e gostaríamos de compartilhar com todos essas ações. O segundo grupo de trabalho: Desenvolvimento Econômico, cujo escopo foi reunir especialistas para auxiliar na identificação dos principais obstáculos relacionados ao desenvolvimento econômico do Brasil e apontar diretrizes para a recuperação sustentável de nossa economia. E o terceiro: grupo de trabalho sobre transformação digital e eficiência do Estado. Um desafio tremendo para o nosso país, e esse GT tem objetivos que consistiram em avaliar de maneira crítica as estratégias de atuação em transformação e inclusão digital, além de colher contribuições sobre fiscalizações relevantes a serem conduzidas. Neste ano de dois mil e vinte e três, nós tivemos – para nós que temos essa preocupação com eficiência do Estado–, com a chegada da ministra Simone Tebet ao Ministério do Planejamento e Orçamento, a criação de uma secretaria específica para cuidar de qualidade do gasto público. Essa secretaria tem tido uma sinergia muito grande com o TCU, e essa, sem dúvida, é uma novidade auspiciosa. À medida que ingressamos em uma nova fase, reafirmamos o nosso compromisso com a busca incessante por aprimoramentos em nossas ações. O espírito colaborativo que define a atuação deste nosso Centro nos confere a confiança necessária para enfrentar os desafios que se avizinham. Cada obstáculo que encontramos é uma oportunidade para inovação e crescimento e temos plena convicção de que juntos somos capazes de ir mais longe. Este é o momento adequado para expressar o profundo reconhecimento da nossa Casa pelos esforços individuais e coletivos que moldaram nossa trajetória até aqui. Enquanto nos despedimos deste ciclo nos preparamos para o próximo. Nosso desejo é encerrar esta fase com gratidão e entusiasmo, celebrando os avanços alcançados e encarando o futuro com

otimismo e determinação renovados. Diante de um novo período que se descortina com seus desafios, eu gostaria de reafirmar aqui o nosso compromisso com a cooperação, com o estudo, com a pesquisa, na busca por produzir e disseminar conhecimentos relevantes para a administração pública e, claro, para a sociedade. Eu quero finalizar essas palavras iniciais agradecendo a todos e a cada um pelo comprometimento demonstrado, e que esta reunião seja produtiva, inspiradora e que possa nos conduzir a resultados que façam jus à nossa missão de promover uma administração pública cada vez mais eficiente, transparente e responsável. Dando prosseguimento aos trabalhos, eu vou convidar o nosso secretário-geral adjunto de Controle Externo, Junnius Marques Arifa, para apresentar o relatório de atividades do Centro. Junnius, bom dia. A palavra é sua.

JUNNIUS MARQUES ARIFA

Obrigado, presidente. Bom dia. Primeiramente, bom dia a todos. Gostaria de cumprimentar nosso presidente, ministro Bruno Dantas, cumprimentar cada um dos conselheiros que foram nominados aqui; agradecer pela presença. Cumprimentar também os coordenadores dos grupos de trabalho temáticos que estão presentes, o diretor-geral do ISC, Adriano Amorim, e todos que estão acompanhando também online essa nossa reunião, e demais presentes. Este momento é o momento muito importante de reconhecermos todo esforço que foi feito durante esse último biênio, nessa parceria com os ilustres conselheiros, especialistas de vários assuntos, para que nós possamos nos aproximar cada vez mais da sociedade civil, dando transparência às ações do tribunal e aprimorando a nossa atuação. Gostaria inicialmente de lembrar o papel do Cecap, que tem como objetivo promover o aperfeiçoamento do controle externo da administração e também da administração pública, por meio de ações de cooperação, estudo e pesquisa, como mencionado pelo nosso presidente. Também é mencionado que esse é um espaço muito importante de interação em que a gente busca ampliar a sinergia, essas conexões com vários segmentos da sociedade, para poder encontrar soluções para problemas muito complexos que enfrentamos no nosso país. A partir do dia vinte e cinco de julho de dois mil e vinte e dois, o ministro Bruno Dantas assumiu a presidência do TCU e passou, portanto, a presidir o Cecap. Uma das prioridades da gestão do ministro Bruno é a promoção da igualdade, da equidade, da diversidade, da inclusão e da valorização da carreira de controle externo. Importante mencionar aqui que, a partir de algumas medidas que iniciaram na gestão da ministra Ana Arraes, com total apoio do ministro Bruno Dantas enquanto vice-presidente, houve um aumento da participação feminina em cargos de liderança em todas as secretarias do Tribunal, que saltaram de doze por cento para trinta por cento atualmente. Essa foi uma iniciativa muito patrocinada, e continua sendo, pela gestão do ministro Bruno Dantas. Inclusive, no Cecap, como não poderia

ser diferente, o atual Conselho Superior conta com nove mulheres, ao passo que, no anterior, eram somente três. Passando à estrutura do Cecap, podemos ressaltar que a primeira instância que temos é o Comitê Técnico. Esse Comitê Técnico tem por competência apoiar toda a secretaria, que é exercida pelo Instituto Serzedello Corrêa (ISC), e no desempenho de todas as suas atribuições. Ele é composto por cinco servidores da nossa Secretaria-Geral de Controle Externo. Eu faço parte, Junnius Marques Arifa, como representante da Secretaria-Geral de Controle Externo, cuja secretária é Ana Paula Sampaio, também nomeada pelo ministro Bruno Dantas; Claudio Sousa Castello Branco, que está presente, auditor-chefe da Secretaria de Controle Externo de Governança, Inovação e Transformação Digital do Estado; Fábio Henrique Granja, também está conosco aqui, auditor-chefe da Unidade Auditoria Especializada em Métodos, Inovação e Controle; Nicola Espinheira Khoury não pôde estar presente, porque ele está à frente da nova secretaria criada na gestão do ministro Bruno, que é a Secretaria de Solução, Concessão e Prevenção de Conflitos, que foi uma inovação trazida pelo ministro Bruno à Corte e que vem apresentando seus primeiros resultados já. E Vanessa Lopes de Lima, da Secretaria de Controle Externo de Desenvolvimento Sustentável, onde é a secretária responsável pelas políticas de Saúde, Educação, Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico do país. Em agosto de dois mil e vinte e um, esse comitê técnico, em conjunto com a Secretaria Executiva, elaborou o Plano Anual de Trabalho contendo as temáticas que seriam discutidas durante o ano e trabalhados no âmbito dos grupos temáticos, que foram três. A primeira sessão ordinária do Conselho Superior foi em vinte e três de setembro de dois mil e vinte e um e foram aprovados grupos de: Desenvolvimento Socioambiental; Desenvolvimento Econômico; e Transformação Digital e Eficiência do Estado. Para o Comitê Técnico e os coordenadores dos grupos temáticos, a importância do Cecap se concretiza em debates relevantes, na maior participação dos conselheiros em ações de controle externo, podendo, assim, contribuir para seu aperfeiçoamento. O Grupo de Desenvolvimento Socioambiental é composto pelos conselheiros Carlos Siqueira, Cláudia Maria Costin, Ima Célia Guimarães Vieira, Luiza Helena Trajano e Maristela Baioni. O objetivo desse grupo é avançar na incorporação da perspectiva da temática de mudanças climáticas, nas fiscalizações do TCU e na atuação governamental de forma sistêmica. Em relação aos trabalhos realizados no período, além da participação dos conselheiros do GT em algumas fiscalizações, destacamos as contribuições das conselheiras Ima Vieira e Maristela Baioni no webinar “Mudanças Climáticas: Impactos sociais e adaptações requeridas para infraestrutura”. Nessa ocasião, foram promovidas discussões sobre os impactos das mudanças climáticas no Brasil sob o aspecto social, a atuação governamental diante das alterações do clima e a preparação dos setores de infraestrutura para minimizar as consequências decorrentes dessas mudanças. Como reflexo dessas discussões ao longo das atividades, o GT consolidou-se o sumário executivo: Atuação do TCU em Mudanças Climáticas. Essa publicação, que estamos compartilhando com os

conselheiros e conselheiras, relata o papel das instituições superiores de controle e os desafios que despontam, bem como o compilado de quarenta e oito fiscalizações realizadas pelo Tribunal nessa temática. Nesse contexto, considerando a relevância que a questão climática vem ganhando na agenda nacional e internacional, bem como as consequências econômicas, sociais e ambientais advindas de emissões ou falhas de execuções em políticas públicas para enfrentamento das mudanças do clima, o Cecap apresenta-se como o porta-voz da sociedade para disseminar e reforçar a atuação continuada do Tribunal na temática, de sorte a contribuir para a boa governança e a promoção da eficácia, eficiência, efetividade e transparência da ação governamental para adequar o tratamento à questão climática. Nesse ponto, gostaria de destacar a iniciativa, agora na gestão do ministro Bruno Dantas, da ferramenta do ClimateScanner, uma ferramenta que se propõe a mapear não só em âmbito nacional, mas na América Latina e em todo o mundo, o quanto os governos nacionais estão adaptados, estão preparados para as mudanças climáticas, para promover adaptações às mudanças do clima, para evitar as consequências devastadoras que podem ocorrer em todo o mundo. Temos visto agora, recentemente, muitas mortes na Europa que poderiam ter sido prevenidas com algumas medidas de adaptação, alguns efeitos econômicos que acabam impactando a produção agrícola. E existem muitas medidas de financiamento para adaptações a mudanças climáticas, como transições energéticas, o mercado de carbono, os bônus verdes, e tudo isso vai vir à tona nesse mapeamento coordenado pelo Tribunal. O ministro Bruno Dantas está presidindo o Tribunal e também a Organização Internacional de Entidades Fiscalizadoras Superiores, que é a Intosai. E toda essa estratégia – esse projeto está sendo desenvolvido envolvendo mais de vinte nações.

BRUNO DANTAS

Eu vou só pedir rapidamente a palavra, porque, como esse talvez seja o assunto mais caro para mim nesta atuação internacional do Tribunal, apenas para dar uma explicação. Em novembro do ano passado, o Brasil foi eleito para presidir a Organização Internacional de Entidades Fiscalizadoras Superiores – chamada de Intosai, como a sigla é em inglês. Mas a Secretaria-Geral fica na Áustria, uma secretaria permanente; e a presidência é rotativa, e quem preside a instituição é a organização em nome do país, é o presidente da Organização Suprema de Controle, que eles chamam Instituição Suprema de Controle, no caso do Brasil, o TCU. O mandato é de três anos e o carro-chefe da nossa gestão, até como forma de dar uma contribuição para reinserir o Brasil no palco global de debates importantes considerando os nossos últimos anos, foi exatamente tentar dar essa contribuição na aferição técnica da atuação dos governos para combater as mudanças climáticas. Como é que nós fizemos, qual foi a nossa estratégia? Teremos uma

exposição; traz para mim, por favor. O Hugo é o secretário da área que fiscaliza a parte ambiental. É esse o material; os senhores e as senhoras vão receber, mas a nossa estratégia consistiu em criar um grupo executivo composto por dezoito países. O Brasil coordena a iniciativa, mas estão no Grupo Executivo: Canadá, Chile, Colômbia, Eslováquia, Estados Unidos, Emirados Árabes Unidos, Filipinas, Finlândia, Índia, Indonésia, Maldivas, Marrocos, Nova Zelândia, Quênia, Reino Unido, Tailândia, e também o Tribunal de Contas Europeu. O que nós estamos fazendo – e o trabalho tem avançado com muita rapidez – é desenvolver uma ferramenta que vai consolidar dados numa auditoria global nas políticas adotadas pelos países para cumprir os compromissos do Acordo de Paris. Fundamentalmente, essa auditoria será estruturada em três grandes eixos e os resultados vão alimentar uma plataforma eletrônica que poderá ser acessada por qualquer cidadão, em qualquer lugar do mundo. A auditoria se baseia fundamentalmente em um primeiro eixo: Políticas Públicas; o segundo eixo é Governança; e o terceiro eixo, Financiamento. Dentro de cada um dos três eixos, recentemente, numa reunião em Foz do Iguaçu, em que estiveram presentes representantes desses países, membros do Grupo Executivo. Nós aprovamos – elegemos e aprovamos – os indicadores em cada um dos eixos. São cinco indicadores no eixo Políticas Públicas, cinco indicadores no eixo Financiamento e dez indicadores no eixo Governança. A nossa ideia com isso é ter um pacote mínimo de indicadores que vão poder aferir o desempenho de cada país nesse enfrentamento à crise climática. O que está por trás dessa estratégia é trazer instituições independentes dos governos para olhar de perto os números que cada país apresenta para a comunidade internacional. Nós sabemos que, em matéria de clima, muitas vezes a adoção de políticas mais aceleradas impõe custos aos países e, não raro, os países têm interesse em mostrar à comunidade internacional uma foto mais bonita do que verdadeiramente têm sobre as suas ações. Então, o nosso desejo era engajar as instituições superiores de controle para fazer uma análise crítica, portanto, com metodologia padronizada, até para que nós tenhamos uma linguagem única em todos os países, e possamos, com o mesmo rigor, aferir a performance de cada nação. A nossa ideia – e o calendário está absolutamente em dia –, a nossa ideia era, depois dessa aprovação na reunião de Foz do Iguaçu, termos, no final deste mês, uma reunião de validação dos indicadores. Vai acontecer em Abu Dhabi, nos Emirados Árabes Unidos, que têm dado um grande apoio a nós, a essa iniciativa; e, em novembro, na COP28, em Dubai, nós vamos ter um estande fixo do ClimateScanner, exatamente na região que é a área mais nobre da COP, que é propriamente o estande dos Emirados Árabes. O Brasil também terá o seu próprio estande. Também teremos lá um *buzz*, como eles chamam, para mostrar o ClimateScanner e os resultados aplicados aos dezoito países do grupo executivo, portanto, é isso que nós vamos mostrar na COP: como estão os indicadores nesses dezoito países – esse foi um compromisso que nós assumimos. Nós do grupo assumimos para atrair os demais países e nós já estamos alinhando com o secretário-

geral das Nações Unidas, António Guterres, na abertura da próxima, da primeira Assembleia Geral da ONU, no ano que vem, um grande evento, convidando os presidentes dos Tribunais de Contas, das Instituições Superiores de Controle de mais de cem países, para que nós tenhamos uma adesão em massa ao ClimateScanner. E, com isso, a nossa estratégia é celebrar na ONU a adesão de mais de cem países a essa auditoria global. Aí, sim, nós vamos passar o ano de dois mil e vinte e quatro, claro, capacitando auditores dos países que têm uma capacidade institucional mais reduzida. Nós já temos a promessa de apoio financeiro do Banco Mundial, do Banco Interamericano de Desenvolvimento, do FMI e já recebemos a primeira promessa de aporte – essa mais efetiva – do Green Fund, no valor de um milhão de dólares para o desenvolvimento da ferramenta e a capacitação de auditores. Portanto, nós estamos muito entusiasmados com essa iniciativa, com essa ação de controle, porque acreditamos que é a forma de chacoalhar internamente. Todos sabem que as organizações internacionais têm muito poder dissuasório, têm muito *soft power*; as instituições de controle, uma parte muito expressiva, tem *hard power*. Aqui no Brasil, nós temos poder de expedir determinações e recomendações ao governo federal e, em muitos países, as instituições de controle têm poder semelhante. Portanto, a nossa intenção com isso é colocar a nossa capacidade institucional e o nosso poder de indução nas políticas governamentais de todos os países, para colocar esse tema do enfrentamento da crise climática como um assunto absolutamente prioritário. E acreditamos que, com esse lançamento, no começo do ano que vem, em Nova York, somado ao ano de trabalho em dois mil e vinte e quatro, nós vamos chegar, e talvez essa seja a grande cereja do bolo, que será a COP30 em Belém: o Brasil levar à comunidade internacional a ótima notícia de que conseguimos engajar mais de cem países. Queremos chegar aos cento e noventa e seis países que compõem a Intosai. A nossa meta é ambiciosa. Nós não queremos menos do que cem por cento dos países engajados nesse projeto e, com isso, mostrar que é possível liderar uma ação como essa e dar bons resultados. A Intosai, na minha presidência, elegeu como uma linha prioritária de atuação ser a voz global das instituições superiores de controle, e isso significa interagir com outras organizações relevantes e muito reconhecidas. Muitas das senhoras e muitos dos senhores devem se perguntar: afinal, o que é Intosai? E essa pergunta se dá exatamente porque até aqui a Intosai trabalhou muito para dentro, se preocupou pouco com comunicação e com interação com outras organizações. E a nossa ideia é participar desse ciclo de organizações internacionais relevantes que se retroalimentam com os seus trabalhos e, com isso, ter os trabalhos da Intosai projetados ao mundo por outras organizações, como a Unesco, como a Unicef, como a FAO, como tantas outras. Era isso. Desculpe, Junnius, mas é porque realmente eu tinha que falar sobre o ClimateScanner. Vocês veem que eu já decorei tudo, já conheço todos os detalhes. Pode continuar, Junnius.

JUNNIUS MARQUES ARIFA

Obrigado, presidente. Na verdade, eu nunca ouvi alguém falar tão bem desse assunto quanto o senhor; realmente é o melhor protagonista. Mas, só enfatizando, essa experiência é muito positiva para os países, porque tem uma visão a partir de um mapa em que se colocam até por cores o nível de evolução ou de implementação das políticas, que faz com que aqueles que estejam numa situação inferior, talvez num nível mais vermelho, queiram se ver nesse mapa em amarelo, em verde, de cada vez, para mostrar exatamente a evolução de seus países e o comprometimento com os acordos internacionais. Os países que gozam de uma dificuldade, em que os mecanismos de *enforcement* são limitados, vai depender de cada nação, realmente. Então, vamos passar ao segundo grupo temático: Desenvolvimento Econômico, que participam os conselheiros Affonso Celso Pastore, Anielle Falcão Guedes, Luiz Humberto Cavalcante Veiga, Nina Silva, Sebastião Helvécio Ramos de Castro. O objetivo desse grupo é identificar os principais gargalos relacionados ao desenvolvimento econômico do país e apontar caminhos para recuperação sustentável da economia brasileira em benefício da população. Os temas prioritários estão relacionados a inovação e competitividade da economia, sistema tributário, envolvendo equidade, simplicidade e eficiência. Vejo como foi oportuno esse tema agora. O Tribunal foi chamado pelo Congresso Nacional, relator da reforma da Previdência no Senado, para contribuir num grupo de trabalho, dando apoio na parte técnica no que diz respeito à proposta que deverá ser encaminhada: qualidade do gasto na infraestrutura, qualidade regulatória e redução das desigualdades regionais. Entre os principais trabalhos, destacamos auditorias realizadas nas áreas de Benefício Tributário para o Setor Automotivo, Política de Comércio Exterior, Fundos Constitucionais de Financiamento, Política Nacional de Inovação, Burocracia Tributária da Administração Aduaneira do País, Melhoria da Gestão da Carteira de Obras Paralisadas. E aqui também é destaque essa questão de obras paralisadas. Agora o presidente tem capitaneado, liderado uma discussão com as federações, com os Tribunais de Contas estaduais, a fim de que possam trazer mais efetividade, trabalhando em conjunto para verificar essas obras paralisadas e encontrar soluções que interessem a toda a nação e que não atendam unicamente um ente da Federação, porque temos metodologias, critérios que podem ser aplicados a todo o Brasil. Então isso está sendo discutido agora, liderada essa discussão pelo presidente ministro Bruno Dantas. A análise contínua de orçamento de obras e transição energética, que também é uma vertente do ClimateScanner, está sendo trabalhada nesse momento. É importante destacar também o acompanhamento de iniciativas para melhoria do ambiente regulatório e das ações da Secretaria Nacional de Proteção de Defesa Civil. O último tema: Transformação Digital e Eficiência Estado, participando aqui os conselheiros Alex Cavalcante Alves, Anielle Falcão Guedes, Carla Domingues,

Ellen Gracie, Fernando Rodrigues, Leonardo Secchi, Sebastião Helvécio e Tatiana Correa Lima Galvão. O objetivo desse grupo é avaliar criticamente as estratégias de atuação em transformação digital e inclusão digital. Dentre os trabalhos realizados, podemos destacar as fiscalizações nas áreas de Qualidade de Serviços Públicos Transformados Digitalmente, Política Nacional de Inclusão Digital, Política Pública de Banda Larga e avaliação dos compromissos acordados em diversos instrumentos regulatórios junto à Anatel e sua aderência às políticas públicas. Aqui, gostaria de destacar os principais desafios encontrados pelo Tribunal nessas questões que foram feitas no Cecap e também na realização dessas auditorias, que podem ser traduzidas nos seguintes questionamentos: Quais serviços digitais deveriam ser prioritariamente auditados pelo TCU? E quais aspectos de qualidade desses serviços deveriam ser avaliados, pensando no atendimento da política pública que beneficia o cidadão brasileiro? Quais os maiores desafios para a ampliação da inclusão digital no Brasil? Como mitigar os riscos de que a execução dos compromissos de abrangência prevista em atos regulatórios, como os Termos de Ajustamento de Conduta, de Outorga Onerosa, e aqui cito a questão do edital 5G: a limpeza da faixa de banda C para mitigar o risco de que eles não atendam aos objetivos da política pública, como a expansão de acesso à banda larga com a qualidade e velocidade adequada – e também promover a inclusão digital? E, por último, quais os principais aspectos que devem ser considerados na elaboração de uma política setorial de comunicações de médio e longo prazo para atendimento às necessidades de transformação digital da sociedade brasileira? Enfim, este é apenas um breve resumo. Os senhores vão poder depois, nos relatórios desses grupos técnicos e grupos temáticos que foram elaborados, se debruçarem, terem conhecimento e aprofundarem um pouco, para contribuir com manifestações, impressões e o parecer final dos conselheiros, que será colhido futuramente, posteriormente. E em nome do Tribunal de Contas da União e da Secretaria-Geral de Controle Externo, aqui falando em nome também da nossa secretária Ana Paula Sampaio, eu gostaria de agradecer todo o empenho e comprometimento dos senhores ilustres conselheiros durante esse biênio, dos coordenadores dos grupos técnicos do Tribunal que aqui representaram, o apoio também do Instituto Serzedello Corrêa na pessoa do doutor Adriano e a participação nesses trabalhos realizados. Os trabalhos foram distribuídos e relatórios complementares vão ser entregues posteriormente pelos coordenadores. E agora, retorno a palavra para o nosso presidente, agradecendo, para dar continuidade a nossa reunião. Obrigado.

BRUNO DANTAS

Muito obrigado, Junnius. Quero dar as boas-vindas aos conselheiros – os que entraram posteriormente: Dra. Tatiana, ali meu íntimo colega de Câmara dos

Deputados, Luiz Humberto Cavalcante – fomos colegas de concurso, não é, Luiz Humberto? O tempo passa. Vinte anos atrás. Também o conselheiro Sebastião Helvécio, que vejo que entrou por vídeo. Ima Vieira, que é ambientalista, pesquisadora, titular do Museu Paraense Emílio Goeldi. E ao Alex Cavalcante Alves também dou as boas-vindas. Conforme o roteiro que foi preestabelecido, neste momento eu devo passar a palavra aos conselheiros para suas considerações. O tempo estimado foi sete minutos, mas evidentemente eu não ousaria cortar a palavra de nenhum dos senhores nem das senhoras. Por isso eu queria convidar primeiro o professor Affonso Pastore, ex-presidente do Banco Central, economista, para fazer uso da palavra. Professor Pastore.

AFFONSO PASTORE

Muito obrigado, presidente Bruno. Um prazer estar aqui com vocês e analisar e ter noção de como esse esforço que vocês estão desenvolvendo dentro do Tribunal está evoluindo. Eu não tenho maiores considerações a fazer nesta introdução, a não ser cumprimentá-lo. Eu acho que esse esforço é fundamental para que as políticas públicas produzam desenvolvimento econômico. A ênfase no meio ambiente, no meu modo de ver, é crucial no mundo atual. Este é um problema de ação coletiva, no qual, infelizmente, existem *free riders*, que se beneficiam de esforço de outros e não fazem a sua parte. Quer dizer, na medida em que o Brasil se engaje num esforço de desenvolvimento econômico, prezando o meio ambiente e analisando as decisões que interferem com o meio ambiente, eu acho que nós estamos dando um enorme passo adiante. A segunda questão diz respeito ao desenvolvimento econômico. Eu vi com muita satisfação que o Tribunal está interagindo com o governo para fazer uma avaliação da eficácia de políticas públicas, da eficiência, da alocação dos recursos do governo no sentido de produzir desenvolvimento econômico e aumento de bem-estar. Eu acho que essa interação entre o órgão de controle e o Executivo, dado que concebe os planos de investimento e faz as avaliações e que submete essas avaliações ao Tribunal, é fundamental para que possamos ter eficácia no processo de desenvolvimento econômico. De forma que eu estou satisfeito, eu me sinto feliz em poder cooperar com vocês e gostaria de cooperar mais até do que coopero. Quer dizer, eu acho extremamente meritório, presidente Bruno, o caminho que vocês estão tomando. De forma que essas são as minhas considerações. Eu realmente não quero entrar em detalhes. Eu acho que nós estamos aqui ouvindo a sua explanação sobre como tudo isso caminhou. Eu cumprimento vocês pelo esforço que vocês estão fazendo e me coloco à disposição para continuar cooperando com o Tribunal de Contas da União. Muito obrigado.

BRUNO DANTAS

Muito obrigado, professor Pastore. O professor Pastore dispensa qualquer acréscimo de explicação. Somos todos admiradores do seu trabalho, das suas colunas, das colunas das suas análises, da sua visão de Brasil; é absolutamente importante para o Tribunal contar com o privilégio de ter a sua visão sobre os nossos trabalhos e de que maneira nós podemos melhorar. Portanto, eu renovo nossos agradecimentos e convido agora o Dr. Alex Cavalcante Alves, que é o fundador do Movimento Gestão Pública Eficiente e o Coordenador de Assuntos de Integridade da Agência Nacional de Energia Elétrica, Aneel. Por favor, Alex.

ALEX CAVALCANTE ALVES

Bom dia. Bom dia, senhor, Ministro. Bom dia, colegas, conselheiros, servidores do Tribunal de Contas da União. É uma grande alegria estar em mais essa reunião do nosso Conselho. Gostaria inicialmente de saudar o senhor presidente, o excelentíssimo senhor ministro Bruno Dantas, presidente deste grande Tribunal e deste Conselho, agradecer a cada um, e cada uma, dos meus colegas neste Conselho, especialmente aos integrantes do GT número três, do qual participei, de Transformação Digital e Eficiência do Estado. E também saudar todas as lideranças, servidores do Tribunal de Contas da União presentes, o secretário Junnius, o diretor Adriano e a auditora-chefe, Arlene, na pessoa de quem cumprimento todas as demais lideranças e servidores desta Casa. Senhoras e senhores, neste momento em que tantas discussões emergem sobre a administração pública, sobre a necessidade de maior eficiência, de maior efetividade, sem esquecer também de pontos como maior diversidade, equidade e inclusão. Vejo que a temática de modernização da administração pública passa muito pelas pessoas, por um olhar atento às pessoas. Exemplo disso: a pauta ESG, que tanto tem tomado conta das agendas das diversas organizações públicas ou privadas, e também a modernização passa por instrumentos novos e inovadores, como os mecanismos de solução consensual de controvérsias na administração pública, dos quais o ministro Bruno Dantas é um expoente, um entusiasta e a quem parabeno pela criação da Secex Consenso, realmente uma estrutura inovadora no Tribunal e que já tem alcançado seus resultados. Tive a oportunidade de, como servidor da Aneel, acompanhar alguns dos processos envolvendo a Aneel, que estão em trâmite na comissão. Então, essa coragem administrativa, essa vontade de inovar certamente é um diferencial na administração pública e estamos vendo cada vez mais a sua efetividade e a sua necessidade. Nós não podemos nos prender a um direito administrativo que não enxergue a realidade da dinâmica social. Retornando à temática das pessoas e, nesse ponto busquei fazer minhas contribuições nas

reuniões deste Conselho, nas reuniões do GT número três. Certamente temos um olhar e os debates deste Conselho contribuíram para este avanço, que é o da criação de ambientes organizacionais com estrutura adequada de atendimento aos cidadãos e que permitam aos servidores públicos desenvolver na plenitude as suas atribuições. Creio que os debates desse Conselho, e aqui temos expoentes de diversas áreas do conhecimento, certamente contribuem e contribuirão para que a administração pública cada vez mais alcance o nível e o patamar de excelência que é tão esperado por toda a população brasileira. Então, encerro aqui minhas palavras. Parabenizo novamente o ministro Bruno Dantas, especialmente pela expressiva atuação internacional que o senhor pôde compartilhar conosco; é uma temática de que gosto muito também, tanto internacional quanto ambiental, portanto, fico muito feliz de saber dos avanços do Tribunal no protagonismo nesse sentido. Muitíssimo obrigado.

BRUNO DANTAS

Muito obrigado. Obrigado, Alex, por sua intervenção. Quero agora convidar a doutora Anielle Guedes, economista, fundadora da Urban 3D e Next.

Anielle Guedes: Olá.

Bruno Dantas: Por favor, Anielle.

ANIELLE GUEDES

Estou ligada online com vocês. Bom dia, a minha intervenção vai ser bastante breve, mas bastante focada na questão climática. Primeiro de tudo, eu gostaria de agradecer pela partilha que o presidente Bruno fez sobre o projeto, mas muito mais do que isso, sobre o posicionamento do projeto; eu fico muito feliz. Acho que a palavra correta talvez seja essa de ver que o projeto se coloca numa posição não apenas de colocar o Brasil como protagonista de políticas climáticas de mitigação, mas de adaptação. Acho que hoje vemos a emergência e a urgência de atividades nesse sentido, não só como você – como foi mencionado sobre a questão dos eventos extremos na Europa, nos Estados Unidos e até, de alguma forma, no Brasil, recentemente. Nós vemos que esse verão que estamos tendo e esse inverno, no Brasil, está sendo o mais quente que vamos ter nos próximos anos. Então, se formos pensar no futuro, e se formos pensar em projeções para desenvolvimento econômico, é extremamente essencial que pensemos em adaptação. Quais são as soluções que precisamos, do ponto de vista da política pública, para que consigamos enfrentar as mudanças

climáticas com a maior resiliência possível? Então, quando eu vejo esse tipo de projeto e vejo que o TCU se coloca entre os órgãos internacionais e o governo federal, e que se coloca como um órgão de controle participante dessa governança climática global, é algo que me deixa, de fato, muito feliz. Acredito que por isso a palavra seja feliz. Quando, no passado, eu fiz estudos sobre as políticas climáticas globais e a dificuldade da implementação e da transposição dessa agenda climática, e também da sua fiscalização *a posteriori*, da relação entre esses órgãos internacionais e os governos federais, vemos que falta uma instituição, como foi mencionado, que tenha esse *hard power*. Essa junção do *soft power* com o *hard power* para mim é incrível de ver, e é incrível de ver que o TCU se coloca a fazer esse trabalho. Por isso eu também parableno novamente o presidente Bruno e o secretário, que se colocam com tanta energia e com tanto entusiasmo a fazer esse tipo de trabalho. E dessa forma, justamente me coloco também à disposição de colaborar mais, como disse o Pastore, com esse projeto e com outros projetos. Novamente, muito obrigada, e bons trabalhos para nós hoje ainda.

BRUNO DANTAS

Obrigado, Anielle. Foi um prazer te ouvir e certamente queremos a sua contribuição. Uma das características que essa auditoria que nós estamos realizando para alimentar a plataforma ClimateScanner é a busca de vários *inputs* de pessoas que possam nos apresentar pontos de vistas diferentes do nosso. A grande verdade é que quem faz fiscalização e controle, ao fim e ao cabo, começa a ter até um viés de análise. Então, é exatamente essa abertura que nós nos propomos a ter que consideramos o maior ativo dessa plataforma. Nós estaremos segunda feira em Nova Iorque; vou assinar um memorando de entendimento com o Pnud exatamente para receber também essas contribuições; saber de que maneira as Nações Unidas gostariam de ver as nossas instituições de controle trabalhar, como é que nós podemos direcionar melhor, exatamente para ter essa sinergia ainda mais intensa com as organizações internacionais. Portanto, obrigado. Quero convidar agora para falar a doutora Carla Domingues, que é doutora em Medicina Tropical e epidemiologista.

CARLA DOMINGUES

Bom dia a todos. Em nome do presidente do TCU, Bruno Dantas, eu queria cumprimentar todos os servidores do TCU e os conselheiros. Inicialmente eu queria dizer que para mim foi uma grande honra participar do Cecip como conselheira. Eu fui servidora do Ministério da Saúde mais de quase quarenta anos, desses quarenta anos, quase vinte e cinco como gestora. E sempre quando tínhamos uma

auditoria do TCU era um pavor, porque os auditores vinham com uma visão de punição e de encontrar erros na gestão pública, e que muitas vezes esses erros aconteciam não por má-fé, mas por desconhecimento da máquina pública e do que poderíamos fazer e ter uma maior eficiência dos serviços. E para mim, agora, estar vendo essa nova visão do TCU, de estar buscando não a punição, mas a indução de processos para melhoria da gestão, eu acho que é um grande avanço, porque nós temos recursos finitos e nós precisamos cada vez mais gerir esses recursos de forma eficiente. E só com essa parceria da auditoria com o gestor para encontrar melhores caminhos para essa execução dos serviços e, principalmente, para que possamos levar qualidade ao cidadão brasileiro, que é isso que queremos enquanto servidores públicos: garantir que essa eficiência do Estado se traduza em melhoria da qualidade de vida da população brasileira. Então, para mim foi uma grande satisfação estar fazendo parte desse conselho e ter podido contribuir com um pouco da minha visão enquanto gestora, de pensarmos em processos que possam melhorar esse processo de trabalho. Eu participei do grupo de Transformação Digital e Eficiência do Estado e eu acredito que esse GT é transversal a todos os demais, porque sem a digitalização e sem que se possa encontrar essa forma de ter todo mundo tendo acesso à internet e aos meios de comunicação, não vamos conseguir a eficiência do Estado. E especificamente no nosso grupo, discutimos muito como implementar a banda larga, fazer com que o 5G chegue principalmente àqueles municípios que hoje estão distantes dessa realidade, e especificamente na área da educação e da saúde. Sem a digitalização, nós não vamos avançar na equidade e na melhoria da qualidade de vida da população brasileira. Acho que esse momento de o TCU ter esse olhar, de ver como a digitalização vai ser um processo de melhoria desse processo, eu acho que a gente consegue avançar muito nessa transversalidade de pensar – uma vez digitalizado o país e resolvida essa questão da equidade e de todo mundo, seja gestor, seja servidor, ou seja, a população ter acesso a essa digitalização –, nós vamos conseguir melhorar essa assistência à população brasileira. Acho que a gente consegue ter avanço nesse processo, tendo essa parceria do TCU na indução desse processo de avanço. E, finalizando, eu acho que temos um grande exemplo. Eu fui coordenadora do Programa Nacional de Imunizações por quase oito anos, saí já no início da pandemia, e vimos como foi fundamental – todos nós hoje temos o certificado digital da vacinação. Todo mundo aqui, acredito que tenha esse certificado em português, espanhol, inglês. Então, a gente conseguir que o cidadão acompanhe o seu direito da vacinação e, principalmente, o gestor saber onde está o cidadão vacinado e buscar estratégias para melhorar esse acesso à vacinação. Também através da digitalização é possível identificar onde a vacina não está conseguindo chegar e que estratégias podemos ter para evitar o desperdício – que a gente viu que isso aconteceu muito, municípios com muita vacina, município sem vacina. Portanto, essa digitalização é fundamental para que possamos ampliar o acesso à

população, mas principalmente melhorar o gasto público, fazendo com que todos tenham o direito igual ao acesso à saúde. Muito obrigada por essa oportunidade de estar com vocês, e também me coloco a disposição para continuar nesse desafio de melhorarmos a gestão pública.

BRUNO DANTAS

Obrigado, doutora Carla Domingues. De fato, a área da saúde é certamente uma das mais promissoras quando se fala em transformação digital, quando eu conversei com estudiosos da área que já começam a falar em prontuário online, *blockchain*, o que permitiria o compartilhamento, por exemplo, de informações de exames médicos por qualquer médico que esteja logado nessa rede. Sem dúvida alguma, a eliminação de desperdícios, exames que são repetidos sem necessidade, prontuários que podem ser acessados por qualquer pessoa, qualquer médico, sem que um aprofundamento seja necessário ali, naquele momento, conhecendo todo o histórico do paciente; não tenho a menor dúvida de que nós podemos melhorar muito a qualidade de vida dos nossos compatriotas nessa toada de transformação digital. O TCU, durante a pandemia, teve um trabalho muito importante porque, infelizmente, observamos no Ministério da Saúde uma certa desestruturação da capacidade de coordenação do Ministério da Saúde, e isso, em alguma medida, foi doloso, porque, como nós temos no SUS uma gestão tripartite da saúde nas três esferas federativas, o papel que caberia ao Ministério da Saúde era um papel de coordenação, o papel de verificar no país; por exemplo, fazer uma política de testagem, alocar mais medicamentos ou mais insumos para uma região, para outra. E o Ministério da Saúde, não é que ele renunciou, ele deliberadamente revogou normativos que tinham por intuito dar eficiência a essa gestão da saúde pública no Brasil, isso ainda é objeto de um processo. Há, inclusive, um procedimento especial para aferir e, eventualmente, responsabilizar o ex-Ministro da Saúde durante a pandemia, porque os nossos auditores identificaram e apontaram que a revogação das portarias que davam ao ministério essa competência foi algo que desestabilizou o sistema e obrigou os Estados a criarem uma articulação do nada, sem que houvesse uma instância federal com essa atribuição. Evidentemente, isso ainda está em julgamento no Tribunal. O relator, que é o ministro Benjamin Zymler, em breve deve levar para julgamento. Mas o Tribunal foi importante, pelo menos para lançar luzes sobre isso, mostrar o que aconteceu. Nós tivemos uma troca muito rica com a CPI da pandemia e muitos dos nossos relatórios alimentaram a atuação dos parlamentares, dos senadores na CPI e também, claro, o relatório final da CPI, que tem sido muito importante para as nossas auditorias. Portanto, eu agradeço, e convido agora a economista e articulista da Folha de São Paulo, Cláudia Costin, para fazer uso da palavra.

CLÁUDIA COSTIN

Eu queria saudar o presidente do TCU, ministro Bruno Dantas, e, por meio dele, cumprimentar todos que estão presencialmente ou à distância. Eu tenho a honra de integrar esse conselho já há alguns anos, então acompanhei um pouco mais de perto o biênio anterior. Mas devo não só cumprimentá-los pelo que foi feito, mas pelo que se propõe a fazer daqui para frente o Tribunal. Ministro Bruno Dantas, desses eixos que foram apontados e que geraram os grupos de trabalho, o desenvolvimento social e ambiental, em especial, é fundamental e deveria ser articulado cada vez mais com a questão da formação de capital humano no Brasil. Há mais de vinte anos eu venho me dedicando à política educacional. Depois de ter sido Ministra da Administração e Reforma do Estado, de olhar as políticas públicas de uma maneira um pouco mais geral, eu resolvi focar em política educacional, que, para mim, é a base de tudo. E a questão da formação de capital humano entra na questão do primeiro grupo e do primeiro tema, mas também na questão de um desenvolvimento socioeconômico mais inclusivo, a base da equidade a que a conselheira Carla se referiu, e também a questão da transformação digital. A geração que hoje se encontra nas escolas e universidades, dentro de alguns anos estará no mundo do trabalho profundamente transformado com o advento da inteligência artificial, com uma automação acelerada, que cria oportunidades tão ricas, como foi mencionado aqui, mas também cria riscos que demandam regulações, e regulações inteligentes, e não suicidas. Eu também gostaria muito de saudar uma expressão que o presidente utilizou ao falar, o presidente Bruno Dantas, que é a questão do espírito colaborativo. Eu tenho acompanhado na minha área na educação, muito de perto, a ação de tribunais de contas estaduais que procuram se repensar sem abrir mão da sua atividade de auditoria, mas em ter um certo trabalho colaborativo com agentes públicos, no caso, por exemplo, secretarias municipais de educação, que nem sempre têm uma estrutura – oitenta por cento das prefeituras ou das secretarias de educação não têm mais do que quatro escolas. Então, não é ter uma sede da secretaria da educação que possa trazer uma orientação mais perto, mas o Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, por exemplo, iniciou uma atividade de orientação para que elas consigam cumprir melhor as leis, mas também consigam dar eficiência ao gasto em educação, que é um gasto bastante importante, com maior impacto na construção de equidade. Eu acho que isso é um ponto muito importante. E estou muito animada também. Quero continuar colaborando com esse conselho. Acho que eu aprendi muito, talvez tenha aprendido mais do que pude colaborar, de fato. Mas gostaria que olhássemos para a sustentabilidade quase que de uma perspectiva de ética intergeracional. Uma geração que vai deixar o planeta melhor para as gerações futuras. E parabéns pelo trabalho de todo o corpo técnico e de todo mundo que se envolveu na agenda do Cecap. Obrigada.

BRUNO DANTAS

Obrigado, Cláudia, pela fala inspiradora. Realmente nós também acreditamos muito nisso: formação de capital humano. Nós temos dialogado muito com instituições da sociedade civil que se dedicam a estudar e a fomentar políticas de educação. Temos tido uma interação também muito forte com o ministro Camilo Santana, que tem se mostrado muito bem-intencionado. Levou os primeiros seis meses do ano tentando reestruturar o Ministério da Educação, o FNDE, trouxe uma técnica muito competente para dirigir o FNDE, que é a doutora Fernanda; se eu não me engano ela foi procuradora-geral do Estado do Ceará e tem uma capacidade de gestão absolutamente indiscutível. Então, nós temos conversado muito sobre isso. Também tenho falado muito com a ministra Esther Duek, que ocupa a pasta da Gestão e Inovação, exatamente para que possamos conectar as políticas de educação numa forma mais inteligente de recrutar servidores públicos no Brasil. A verdade é que o concurso público, se por um lado foi uma revolução social, porque permite que gente que jamais teria acesso a um cargo público possa chegar a ele, por outro lado, o concurso público cristaliza estratos da sociedade, porque quem não teve acesso à educação não chega nas funções, e isso nós enxergamos com muita clareza nos relatórios que canalizamos. Portanto, achamos também que é possível promover algumas ações nessa área de recrutamento de servidores públicos para que os certames sejam mais inclusivos. Claro que sem perder a meritocracia de vista, mas também sem permitir que a meritocracia seja uma barreira intransponível para quem só estudou em escola pública a vida inteira, para quem não teve acesso às melhores escolas, às melhores universidades; enfim, existem outras habilidades que se exigem de um servidor público que não apenas nota A em todas as disciplinas que cursou na faculdade ou na pós-graduação. Mas, sem dúvida Cláudia, a sua fala nos motiva muito, e por isso a agradeço. Agora quero convidar também uma mulher que nos inspira muito. A ministra emérita do Supremo Tribunal Federal, jurista Ellen Gracie. Ministra, por favor, nos dê a honra.

ELLEN GRACIE

Muito obrigada, presidente. Eu quero me juntar a todos os oradores que me antecederam nos cumprimentos a Vossa Excelência, e também aos demais conselheiros, a todo o corpo técnico do Tribunal de Contas da União, especialmente aqueles que nos têm assessorado aqui junto ao Cecap. A minha primeira palavra, presidente, é no sentido de louvar essa iniciativa de se criar uma organização internacional de todas as instituições que exercem, de fato, uma fiscalização efetiva sobre os poderes executivos, sobre as políticas públicas desempenhadas. E eu acho que esta é uma iniciativa que dará grandes frutos, não só porque está sob a

presidência atualmente de Vossa Excelência, mas também porque nós partimos, a partir daí, de um conhecimento efetivo de “quem é responsável pelo que” dentro do cenário internacional. O Brasil, por exemplo, acostumou-se a ser um réu global do aquecimento, das mudanças climáticas, quando, na verdade, este país é um dos maiores garantes da sanidade do planeta. Eu estou aqui ao lado da Ima Vieira, pesquisadora do Instituto Goeldi que não me deixa mentir. Nós temos excelente pesquisa na área ambiental. Nós temos uma iniciativa, através da Embrapa, de agricultura inteligente e eficiente, que nos permite produzir hoje muito mais na mesma área do que nós produzíamos quarenta anos atrás. E nós temos muitos méritos a serem mostrados no planeta e muitos exemplos a serem aproveitados por outros países, de modo que esta atitude nossa até agora – infelizmente aceitando as críticas, aceitando de maneira submissa críticas de países que já exterminaram totalmente suas florestas, de continentes que não têm mais florestas originárias, que só têm florestas de replantio e ainda assim, florestas uniformes, florestas de uma mesma espécie, o que não permite o crescimento e o desenvolvimento de espécies de fauna diversas, ao contrário da nossa situação. Realmente, este ClimateScanner vai demonstrar isso ao mundo e vai nos permitir saímos da posição submissa em que nós estamos para sermos o líder da reforma climática que se impõe ao mundo. Nós estamos todos verificando que as alterações estão no nosso dia a dia. Quem é que viu chuva em agosto aqui em Brasília? Nós estamos com chuva em agosto. Então alguma coisa realmente mudou. Pois bem, presidente, eu acho que nós precisamos mostrar ao mundo essa realidade. Eu acho que, por exemplo, nós temos dado passos gigantescos na transição energética. O Alex talvez me corrija, mas parece que esse último apagão foi causado por um excesso de eólicas, ou pelo menos eu já ouvi comentários assim na imprensa. Ou seja, nós estamos com excesso de energia, que é renovável, que é não poluente. Nós temos hidráulicas, nós temos eólicas, nós temos solar, e isso é pouco divulgado. Eu acho que aquele famoso complexo de vira-lata brasileiro custa realmente a sair do nosso ideário e nós precisamos modificar isso. E outro aspecto também muito importante: nós temos visto reaproveitamento de resíduos no Brasil serem utilizados largamente até como forma de substituição de fertilizantes importados. Eu mesma, presidente, vou dar a vocês uma “palhinha” da minha experiência. Eu montei uma pequena usina de reciclagem, porque toda poda de árvores, tudo, tudo na agricultura pode ser reaproveitado e transformado em adubo. E, com isso, nós podemos fazer o quê? Nós podemos pegar todas essas pastagens que hoje se encontram degradadas e fazer com que a vida retorne ao solo. É importante criar solo. Depois nascem as plantas, mas é preciso restaurar o solo naquelas áreas onde ele se encontra degradado. Então, meus parabéns, presidente, por essa iniciativa. Acho que não podia ser melhor, não só do ponto de vista brasileiro, mas do ponto de vista internacional. Nós temos países como a Indonésia, que também preserva florestas. Nós temos, e vamos encontrar aí parceiros dessa

iniciativa. Especificamente, na parte que me toca, no grupo de trabalho GT3 de Transformação Digital e Eficiência do Estado, presidente, eu volto aqui, como já fizeram os colegas que me precederam, a louvar a informatização. Vossa Excelência há pouco ainda referia que o Tribunal de Contas não tem processos físicos mais; isso é uma garantia muito grande. Eu quero lhe dizer que eu gosto muito dessa área. Quando eu estudava direito e, veja bem, eu me formei em setenta, no século passado; antes de me formar e pelo quarto ano eu fui fazer um curso de programação em computação. Os meus colegas de faculdade achavam que eu tinha enlouquecido – o que tinha a ver direito com informática? Pois bem, presidente, esse curso de computação, de programação, Fortran, que acho que é uma linguagem científica, técnico-científica que já nem mais se usa. A gente precisava ensinar ao computador o que nós queríamos que ele fizesse a cada vez, não havia programa residente, você precisava preencher aquelas fichas perfuradas, cartões perfurados, ensinar o computador e depois ingressar com os dados para que ele fizesse as somas e multiplicações que a gente queria. Esse cursinho me permitiu entender a lógica do sistema e me foi muito útil ao longo da minha vida, porque eu pude trabalhar junto ao pessoal da informática. No geral, nós temos aqui no Brasil uma capacidade extraordinária no setor de informática. São pessoas que vivem numa bolha própria, que sabem fazer tudo dentro do computador, qualquer coisa que se pedir. Mas eles necessariamente não sabem o que é bom para um advogado ou para o juiz, o que o médico vai precisar. Então, é preciso alguém que atue como tradutor entre os dois grupos. E isso me permitiu, ao longo do exercício da magistratura, fazer coisas como o início da informatização do Poder Judiciário, lá na quarta região; na quarta região, que hoje tem no jornal uma notícia muito boa, um programa novo criado por servidores do Tribunal: o programa SEI, que já está em mais de quatrocentas unidades administrativas do Poder Executivo, Judiciário, Legislativo, ao redor do país. É um programa simplíssimo que se usa no telefone celular e que dá uma agilidade enorme à administração. Então, aqui, presidente, eu refiro também o que foi criado lá na quarta região, que é o e-Proc. E eu não quero entrar em conflito com o Conselho Nacional de Justiça, que impõe um outro programa, um outro sistema, mas todos os advogados e todos os juizes com quem eu falo dizem que o e-Proc é melhor, é mais fácil, é mais intuitivo. Enfim, esse é um programa que também surgiu na quarta região e que hoje, um pouco desobedecendo ao CNJ, vários tribunais já têm também adotado. Eu vivi, presidente, durante a maior parte da minha vida no serviço público e sou filha do concurso público. Eu não chegaria aonde cheguei se não fosse essa ferramenta democrática que é o concurso público. E na minha vida funcional, eu muito pouco utilizei cargos em comissão. Eu sempre trabalhei com a prata da casa. Eu acho que nós temos quadros concursados excelentes e que muitas vezes são mal compreendidos. Então aqueles que veem o funcionário desmotivado, o funcionário que é considerado ineficiente ou até desinteressado, é falta de liderança. E isso,

Cláudia, é um dos aspectos da área educacional e da área da educação dentro do serviço público que precisa ser muito tratado. O funcionário só é desmotivado, só deixa de trabalhar se ele não tem uma chefia que lhe aponte o caminho, que lhe diga qual é a importância do seu trabalho, seja ele o mais simples que for. É o que eu dizia no meu gabinete, onde existem ainda hoje os famosos capinhas, que são as pessoas que levavam, na época, os processos físicos. Eu não sei o que fazem os capinhas hoje. Se o funcionário X não me levar o processo, eu não tenho como trabalhar, então o trabalho dele é tão importante quanto o meu, e é isso que cabe às lideranças. É isso que nós precisamos desenvolver dentro dessa educação geral, dentro do serviço público, para que cada um de nós sempre pense em quem é o que está do outro lado: é o cidadão brasileiro, é o pagador de impostos, é quem mantém toda a máquina e que merece o melhor serviço. Então, presidente, dando as saudações não protocolares, mas realmente sentidas, a Vossa Excelência pelas iniciativas que tem tomado, eu aqui encerro a minha fala e me coloco à disposição para depois discutirmos mais outros tópicos.

BRUNO DANTAS

Muito obrigado, ministra Ellen Gracie. Foi muito bom recordar aqui esse início da informatização do Poder Judiciário; de fato, a contribuição que foi dada pela ministra Ellen Gracie lá no nascimento do CNJ, para quem não se recorda: quem acha que o Brasil sempre teve um Conselho Nacional de Justiça que pôde unificar a visão da gestão administrativa e financeira do Poder Judiciário, certamente já esqueceu como cada tribunal era um feudo absolutamente inexpugnável. Cada tribunal tinha lá o seu sistema, tinha lá toda a sua estrutura administrativa desconectada do resto do Brasil. Era impossível saber, antes de dois mil e cinco, quantos inventários nós tínhamos no Brasil, porque as estatísticas eram estaduais. E a ministra Ellen Gracie – eu digo isso com a alegria de quem compôs o CNJ na terceira composição –, a ministra Ellen foi da segunda composição; na verdade, foi da quarta, perdão. O primeiro presidente foi Nelson Jobim, depois ministra Ellen Gracie, depois Gilmar Mendes, o quarto, Peluso. O quarto foi Peluso, Ayres Britto e Joaquim Barbosa – eu peguei os três presidentes – e ali, em dois mil e onze e dois mil e treze, como conselheiro do CNJ, eu pude colher os frutos que foram plantados na gestão Ellen Gracie, em que começou a se falar em unificação das tabelas, ministra. Para quem não é afeito à linguagem do Poder Judiciário, significa dizer o seguinte: cada tipo de processo, cada classe processual era tratada de uma forma diversa nos inúmeros estados do país. Então era impossível você ter dados quantitativos e qualitativos sobre o Poder Judiciário brasileiro. Não se sabia sequer o perfil dos magistrados brasileiros, porque isso não era um item de estudo àquela época. Instituições como o Ipea – às vezes alguns pesquisadores se dedicavam –, mas o Poder Judiciário não, não fazia isso de dentro

para fora. E a ministra Ellen Gracie fez algo, iniciou algo que se consolidou depois na gestão do ministro Gilmar Mendes na presidência, que foi a unificação das tabelas processuais, que era dizer o seguinte: “olhe, a partir de agora todos os estados vão falar o mesmo idioma do ponto de vista de classes processuais”, que, mudando o que precisa ser mudado, é o que nós estamos propondo no ClimateScanner. Quando nós falamos sobre taxonomia das políticas de combate às mudanças climáticas, o que nós estamos querendo é harmonizar a forma como Estados Unidos, Reino Unido, Finlândia, China, Indonésia, África do Sul e Brasil medem as suas emissões de carbono, como medem a sua capacidade industrial instalada e quão poluente essa capacidade industrial instalada é, como está a velocidade da transição da matriz energética, a substituição do parque industrial por um parque industrial menos poluente. Quando eu conversei sobre esse assunto pela primeira vez com o então embaixador da Índia – eu estive em Nova Delhi, para uma reunião da Intosai, há um ano e meio, dois anos atrás –, o embaixador Corrêa do Lago me disse que durante muitos anos ele havia sido o embaixador que representava o Itamaraty nas rodadas de negociação do clima, ele era “o” negociador do clima. Quando eu contava para ele sobre esse projeto que nós estávamos idealizando, ele dizia “Ministro, isso tudo será revolucionário, porque a maior dificuldade que nós temos hoje, no momento de sentar numa mesa de negociação, é saber se nós estamos falando sobre a mesma coisa, se os diversos países estão falando a mesma coisa, porque não existe uma taxonomia universal”. Então, se instituições que têm *hard power* – de novo aqui o *hard power* – conseguirem uniformizar a taxonomia, a linguagem que serve para expressar essas avaliações sobre mudanças climáticas, certamente nós vamos ter condição, lá na frente, de estabelecer metas, de falar de *ranking* – se nós não conseguimos medir, certamente nós não conseguimos planejar. E foi isso que a ministra Ellen Gracie fez no Poder Judiciário. E como eu participei daquilo, ministra, aquela sua iniciativa foi muito, tem sido muito inspiradora e tem sido uma chance também de levar para o mundo um problema que nós enxergamos aqui no Brasil, claro, num escopo muito menor. Não há como comparar o campo de observação só do Poder Judiciário, só no Brasil, e transpor isso para o mundo inteiro do ponto de vista de ações de enfrentamento à crise climática, mas certamente é uma forma de pensar revolucionária que nos permite levar para outros campos do conhecimento essa mesma forma de pensar. Portanto, obrigado, e é grande, realmente um privilégio para nós ter a sua participação aqui no nosso Conselho. Quero agora convidar um jornalista admirado por todos nós e lido, e mais do que admirado, lido por todos nós, que é Fernando Rodrigues, um ícone do jornalismo brasileiro. Foi colunista da Folha de São Paulo, jornalista da Folha de São Paulo durante muito tempo e é o fundador do site Poder 360. O Fernando também é alguém que, com a sua visão revolucionária, transformou a forma como se faz jornalismo e como se disseminam informações no Brasil. Fernando, um prazer ter você no nosso conselho; por favor, a palavra sua.

FERNANDO RODRIGUES

Bom dia, presidente Bruno Dantas, muito obrigado por suas palavras tão generosas. Queria agradecer ao senhor, aos seus antecessores que criaram esse grupo do qual eu participo, especialmente a ministra Ana Arraes, que o senhor sucedeu, o ministro José Múcio, que presidiu o TCU também, que fizeram um trabalho excepcional, que está sendo continuado pela sua gestão. E queria agradecer também todo o corpo técnico do TCU, que eu admiro muito pela qualidade, pela dedicação, especialmente aqueles que nos assessoram diretamente aqui no Cecap. É de fato um privilégio ter estado nessas reuniões todas. Aprendi muito com todos os conselheiros, mais do que pude contribuir, eu acho; realmente muito enriquecedor estar aqui. E a ministra Ellen Gracie mencionou justamente o que eu iria mencionar, não é, Ministra? Falamos tanto de mudanças climáticas, o tema faz parte aqui. E quem é que viu, na virada de agosto para setembro, Brasília ter uma semana consecutiva de chuva? Realmente, é claro que é uma demonstração empírica da natureza sobre as mudanças climáticas, mas é realmente muito inusitado. Mas eu faço parte, Ministro, do grupo de trabalho número três, da Transformação Digital e Eficiência do Estado, e eu acredito que a transformação digital e a digitalização são fundamentais, essenciais para que a gente construa no Brasil o estado do tamanho que ele deve ser, não menor nem maior, mas do tamanho necessário que o Estado precisa ter para promover o desenvolvimento, para que a gente tenha uma sociedade mais justa e que possa atender a todos os seus cidadãos. Recentemente, vários estudos são divulgados sobre o número de funcionários, a eficiência deles etc., e quando a gente olha, o Brasil nem tem número de funcionários per capita públicos – menor do que muitas nações desenvolvidas. O que é necessário é ajudar o serviço público a se transformar, a ser mais eficiente e realmente servir ao público. E, nesse sentido, o trabalho do Tribunal de Contas da União é fundamental, porque promove o debate sobre a eficiência e sobre como deve funcionar o Estado. Eu acho que – sempre me lembro sobre isso do ministro Bresser Pereira, quando foi nomeado pelo presidente Fernando Henrique, em noventa e cinco, no início da reforma do Estado e, uma vez conversando com ele, eu perguntei “Ministro, quais são as providências que o senhor pretende tomar? Que desafio tão grande esse: reformar o Estado”. Ele falou “você sabe que uma das dificuldades maiores que eu tive quando eu cheguei”, ele me relatou, ministra Ellen Gracie, “foi saber quantos funcionários públicos tinha o Brasil”, porque não havia ainda um controle, uma metrificação precisa do número de funcionários públicos. Vejam que não estamos falando de um século ou dois atrás, é de mil novecentos e noventa e cinco. Daí, o ministro Bresser inaugurou a publicação de um boletim chamado Boletim Estatístico de Pessoal e passamos a saber mensalmente – era um boletim impresso que dizia quantos funcionários públicos existiam, que era o mínimo que se poderia esperar. Imagine numa grande empresa chegar o presidente e falar “quantos funcionários temos?” E o assessor dizer “nós não sabemos quantos

funcionários temos”. E tudo isso é muito facilitado hoje em dia; veja que naquele tempo era o Boletim Estatístico de Pessoal impresso mensal. Hoje em dia, com a digitalização, que maravilha que a gente possa ter formas mais rápidas e menos sujeitas a erros do que tínhamos no passado. Eu estava me lembrando, Carla, na pandemia, no início, a simetria entre os Estados e os municípios na coleta de dados sobre mortos e pessoas que haviam contraído Covid, então havia uma simetria muito grande na metodologia, na coleta desses dados sobre quantas pessoas tinham feito o teste e eram consideradas portadoras do vírus e, depois, quantas morreram e em que circunstância, quanto tempo depois. E eu vi, durante a pandemia esse sistema ser melhorado, ser aperfeiçoado, a ponto de a gente ter quase estatísticas diárias muito precisas e ser, se é que se pode dizer, ministro Bruno Dantas, um legado – se é que se pode falar isso da pandemia –, quanta coisa passou-se a se conhecer sobre saúde pública por causa da pandemia. E muito por causa da digitalização dos serviços. Eu entendo que, dentro do serviço público, Ministro, e esse grupo aqui discutiu bastante isso, eu acho que o TCU tem um papel fundamental; são três eixos assim: um imbricado no outro, não é? Organizar a forma como são coletados os dados, a disciplina nessa coleta e a padronização dos dados. E aí chego naquilo que a ministra Ellen Gracie também falou sobre os diversos sistemas que existem. E eu sou um fã do e-Proc, porque também Ministra, eu acho excepcional. Mas, hoje em dia, sabemos que nos diversos estados a publicação de decisões judiciais, por exemplo – para não falar também dos órgãos públicos em geral –, elas são, em geral, não padronizadas. Então, quem faz uma busca para tentar encontrar uma decisão, uma norma, uma regra que foi publicada, nunca encontra da mesma forma e, sequer, enfim, uma empresa – que, enfim, são as empresas que produzem riqueza no país, que oferecem empregos –, saber com antecedência e ter clareza daquilo que se aplica ao seu setor de atuação, é muitas vezes muito difícil. E, voltando para Carla, quando ela falou também do serviço público, que muitas vezes o erro acontece não por desídia, enfim, não é uma infração ativa, mas muitas vezes por desconhecimento, isso se dá muito na iniciativa privada. E quando o Tribunal de Contas atua na sociedade para melhorar a eficiência do setor público, ele está ajudando o Brasil a ficar mais eficiente, ajudando as empresas a terem mais acesso a informações e assim atuarem de maneira mais correta. Tenho um exemplo: a Lei de Acesso a Informações Públicas, que foi muito promovida por um setor da sociedade. Eu pude participar muito desse debate, os jornalistas tinham muito interesse, mas os maiores beneficiários não são repórteres ou jornalistas, são empresas que hoje podem ter essa ferramenta à sua disposição para fazer requerimento de informação, para ter acesso a dados que, de outra forma, seriam muito mais difíceis de serem encontrados. Eu acho que quando o TCU ajuda o país a debater sobre o processo da digitalização e da oferta desses dados para a população em geral, o TCU ajuda a transformar cada um dos brasileiros num colaborador direto do Estado e também do TCU, porque quando o cidadão tem acesso à informação, ele exerce a sua cidadania de

maneira mais plena. Eu me permito aqui até lembrar a ideia, a motivação do deputado que apresentou o projeto de lei que depois foi emendado e acabou virando a Lei de Acesso a Informações Públicas – é um deputado que estava em primeiro mandato, ministra Ellen Gracie, tomou posse em janeiro, em fevereiro de dois mil e três, e está aqui até hoje no Congresso: o deputado Reginaldo Lopes, do interior de Minas Gerais. Eu fui conversar com ele, tinha interesse no assunto: “porque o senhor apresentou esse projeto?” Ele falou assim; “olha, eu era um político no interior de Minas e, na minha cidade, o prefeito fazia um trabalho de varrição de rua, de coleta de lixo. A gente não sabia como aquilo era feito e eu queria ter as informações; ele nunca me dava. Se eu virar deputado, um dia vamos fazer uma lei para ter acesso a essas informações”. E vejam, temos hoje a Lei de Acesso a Informações Públicas, que nasceu desse interesse de um político que veio do interior de Minas Gerais, hoje é um deputado muito conhecido, de grande reputação no Congresso. Mas é assim que o país vai andando para frente, que a gente tem esses avanços tão relevantes. Só para dizer também, Ministra, que eu fiz um curso de Fortran e de Cobol, que não me servem mais para nada. Mas eu me lembro de um professor que me disse uma coisa, ministro Bruno Dantas. Naquele período, que já faz muito tempo, melhor nem falar quanto tempo, um dia em que não deu certo alguma coisa no computador – aqueles computadores antigos com a tela preta –, eu disse assim “o computador errou”, ele falou “nunca diga isso, porque o computador não erra; quem erra é o ser humano, que programa errado o computador”. Isso é para dizer que quando a gente tem um sistema de que às vezes a gente comenta: “nossa, mas não está funcionando, esse sistema está com defeito” etc., é alguém que, por trás, teve uma dificuldade de fazer a programação correta. E nesse sentido, o trabalho tem sido tão importante e eu só tenho a dizer da minha gratidão, do privilégio de estar aqui com esse grupo. Agradecer ao ministro Bruno Dantas e dizer que estou à disposição sempre quando for necessário fazer alguma intervenção e colaborar para que esse tema da eficiência do Estado por causa da digitalização siga adiante. Muito obrigado, Ministro!

BRUNO DANTAS

Muito bacana. Obrigado, Fernando. Você, quando falou de transparência, de acesso à informação, você me fez recordar de como nós no TCU temos lidado com esse tema e tentado associar à transparência, portanto, o acesso a informações públicas com algo que consideramos que é transformador, porque serve de engajamento para a sociedade, que é a participação cidadã. Nós, durante a pandemia, tivemos que dar algumas decisões muito importantes, determinando que a Controladoria-Geral da União abrisse certas informações, porque, infelizmente, em passado muito recente, a CGU estava se dispondo a dar verniz de legalidade e de legitimidade a atos absolutamente contrários ao princípio da publicidade, que, em última análise, é

o princípio da transparência pública. Mas nós, durante a pandemia, além de velarmos para que essas decisões fossem revogadas mediante determinações do nosso Tribunal, isso gerou algum desgaste com diversos órgãos do governo, mas a vida é assim mesmo, não é? Quem não deseja desgaste certamente não deve vir para funções públicas. Mas nós enxergamos na transparência e no acesso a informações públicas uma chance de engajar a cidadania. E nós desenvolvemos algumas iniciativas muito importantes, como uma ação cidadã de fiscalização da transparência pública. E nós fizemos um projeto piloto em Santa Catarina, isso foi apresentado num relatório que foi votado pelo plenário do TCU recentemente, em que nós conseguimos reunir centenas de associações e de organizações não governamentais com uma capilaridade muito grande para examinar todos os municípios e ver os portais de transparência de todos os municípios e ter ali, a partir daquilo, um mapa da transparência dos municípios. Porque, é curioso, se a Lei de Acesso à Informação ainda encontra empecilhos no plano federal, em que nós temos instituições fortes para fiscalizar, nós temos uma mídia nacional bastante ativa e bastante fiscalizadora. Se nós temos tudo isso, imaginem o que acontece no interior desse Brasilão, nos estados, nos municípios, o que é que acontece lá no Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Serrinha, lá na Bahia? Que tipo de informações? E, aí, nós estamos aproveitando um pouco dessa liderança que o TCU tem e da parceria com os tribunais de contas dos estados – foi bem lembrado aqui também – para criar uma rede com muita capilaridade e fazer um ranking nacional de transparência dos municípios. E nós estamos primeiro definindo os indicadores; os tribunais de contas, os estados já têm isso avançado. E quando eles me pediram a adesão do TCU, eu disse que entraria, mas a minha única condição era de que nós criássemos um ranking, porque, assim, quando a gente evidencia quem está lá atrás, quem está lá na frente, primeiro que a gente homenageia quem fez um bom trabalho e é legítimo que se faça isso e, segundo, nós damos instrumentos para que a sociedade e até mesmo a oposição, naqueles municípios em que a transparência não é fomentada, cobre dos governantes e que assumam a transparência como bandeira da disputa política. Afinal de contas, isso leva para o cidadão a capacidade de – eu e o Fernando, acho que a gente tem tanta afinidade intelectual que ele usou uma expressão que eu gosto de falar com muita frequência –, não sei se você já tinha ouvido, Fernando, mas eu digo que eu não quero ter os mil e quinhentos auditores federais de controle externo que nós temos no TCU. Eu quero ter duzentos e três milhões de auditores, que são todos os cidadãos brasileiros. No Peru, eu estive lá dois anos atrás para conhecer um projeto de participação cidadã que eles têm, eu fiquei boquiaberto porque a Controladoria-Geral do Peru, que é o TCU deles, desenvolveu, durante a pandemia, um aplicativo que foi instalado em todos os tablets que as crianças de escolas públicas receberam durante a pandemia para as aulas. E, naquele aplicativo da Controladoria, semanalmente enviavam *quizz* para as crianças perguntando, em forma de brincadeira, mas informações sobre assiduidade dos professores, qualidade

da merenda escolar e, ali, com aquilo se fazia um banco de dados na Controladoria e eventualmente se mandava uma equipe de fiscalização para saber naquelas escolas em que as respostas eram muito ruins. Claro, antes disso era precedido de uma de uma exposição da Controladoria que ia lá, explicava para os professores, para os alunos a importância de se levar a sério aquele quizz, enfim, era uma forma de buscar da sociedade esses dados e aí, sim, calibrar melhor a atuação fiscalizatória da Controladoria. E uma outra que eles me disseram que faziam era uma rede de auditores *ad hoc* – o pessoal adorava receber uma carteirinha da Controladoria –, então, eram engenheiros aposentados ou estudantes de engenharia que, com aquela identidade, tinham acesso aos campos de obras públicas e faziam fotos e vídeos e mandavam, colocavam na plataforma, e aquilo ia para a Controladoria, e era possível acompanhar a execução de determinadas obras. E, claro, tinha um código de ética para esses auditores *ad hoc* e, eventualmente, até regras para exclusão do cadastro para quem estivesse fazendo daquilo ali uma finalidade distinta da que foi pensada. Mas eu acho que são muitas formas que nós podemos aprender a engajar a cidadania, mas certamente a transparência é a pedra de toque para isso. Se nós não abrímos os dados e não ensinarmos as pessoas a fiscalizarem elas próprias, certamente poderíamos contratar mais vinte mil auditores e nós não daríamos conta do serviço. Mas estamos muito atentos a isso, Fernando. E você sabe que eu sou muito atento a todas as suas observações. O Fernando foi o primeiro que me disse “olha, Bruno, você sabe que eles descontinuaram... o Paulo Guedes descontinuou o boletim estatístico de pessoal”, e eu cobrei da Esther, do ECA e ela disse que já voltou com esse boletim, que é a Ministra da Gestão. Obrigado, portanto, Fernando; convido agora a ambientalista, professora, pesquisadora, titular do Museu Paraense Emílio Goeldi, Ima Vieira, para fazer uso da palavra. Bem-vinda, Ima.

IMA VIEIRA

Eu gostaria de cumprimentá-lo e cumprimentar a todos os conselheiros e servidores da casa e dizer da minha satisfação de ter participado e estar participando do Cecip e dizer como são importantes essas temáticas discutidas pelos GTs. Eu particularmente me envolvi no GT de Desenvolvimento Socioambiental, e foi muito importante ter participado e colaborado no webinar de Mudanças Climáticas. Essa temática é muito importante. Eu, como pesquisadora, tenho trabalhado no tema; tenho avaliado o quanto a floresta amazônica está respondendo a essas perturbações tanto antrópicas quanto das mudanças climáticas, e o cenário é bem, bem preocupante. Já há uma mudança que nós estamos observando. Eu sou ecóloga e trabalho com plantas, com árvores, e já estamos observando mudanças na região leste e sul da Amazônia em relação à composição florística dessas florestas que estão no ambiente mais antrópico. Isso tem nos preocupado muito, porque os caminhos e as trajetórias

florestais pós perturbação são de regeneração natural. A floresta amazônica é resiliente a essas perturbações, mas as mudanças climáticas estão intensificando essas perturbações, e a resposta das espécies que não são adaptadas a essas perturbações é de muito menos resiliência, muito, muito – de alterar a regeneração natural das florestas. Então, quando eu vi a iniciativa internacional da Intosai, fiquei pensando se não seria importante – já que as florestas tropicais, como as do Brasil, no caso da Amazônia, a do Congo e da Indonésia, têm cerca de sessenta por cento do território ocupado pelas florestas tropicais do planeta, e a solução do aquecimento global passa pela manutenção dessas florestas pela capacidade de absorção de carbono, pela capacidade de regulação hídrica das chuvas – se não seria importante um olhar do Instituto da Intosai sobre essas florestas tropicais. As emissões de gases do efeito estufa no Brasil vêm muito mais dos usos da terra, das mudanças, da questão do desmatamento do que das emissões fósseis. Então, acho que seria um pouco da minha contribuição que se olhe, que a Intosai olhe essas três florestas que detêm quase sessenta por cento das florestas tropicais do planeta um pouco mais de perto, a proteção, a restauração dessas florestas. Elas podem mitigar, segundo o IPCC, cerca de vinte e cinco por cento das emissões de carbono globais. E aí, é bem importante o que foi desenvolvido, discutido no grupo, porque mostra também que o TCU já está avaliando ações relevantes que estão relacionadas às mudanças climáticas. Tenho aqui quase duas, uma folha e meia, e já ouvi duas avaliações, auditorias em relação às unidades de conservação. As unidades de conservação na Amazônia – eu falo da Amazônia porque sou de lá, entendo mais a região, elas são cerca de cinquenta por cento das unidades dos territórios protegidos, e muitos deles têm pessoas. São unidades de conservação de uso sustentável e terras indígenas. São áreas protegidas, então, as unidades de conservação já foram objeto de duas auditorias externas, avaliações, e o desmatamento legal. Em dois mil e cinco, nós sugerimos, a partir do Museu Goeldi, o desmatamento zero. Então publicamos um artigo, elaboramos algumas ideias que, depois, as ONGs pegaram e estruturaram, e essas iniciativas passam por essas unidades de conservação e passam também pela destinação de terras públicas não destinadas – que hoje são cerca de sessenta milhões de hectares de terras públicas não destinadas na Amazônia, que precisam ser destinadas, porque são elas que estão sendo destruídas, são elas que estão emitindo carbono com grandes queimadas criminosas de grileiros, associadas a um agronegócio que não é um agronegócio sustentável, que vem da grilagem das terras públicas, e isso é muito, muito preocupante. Assim, essas ações do TCU, e tem uma série de sugestões. A minha, se eu puder recomendar alguma coisa, seria de continuar com esse debate e essas discussões do desenvolvimento socioambiental no GT, de continuar com essas ações de acompanhamento das mudanças climáticas que são muito relevantes. A COP vai ser feita aqui exatamente na minha cidade, Belém. E a ciência tem um papel muito importante na condução dos estudos e também e de políticas e sugestões de políticas públicas. Então, eu parabeno

todos, todo o grupo do Cecap que fez esse belo trabalho, e fico à disposição para contribuições. Obrigada.

BRUNO DANTAS

Obrigado, Ima. É, realmente, esse ponto de que você fala é algo que já nos veio à mente. Nós temos uma interação muito forte com a Indonésia e também temos conversado com os nossos colegas do Congo. Sabemos que esses três países, Brasil, Indonésia e Congo, têm hoje a maior superfície de florestas preservadas. E você toca também num ponto que tem sido muito caro para nós e que só é possível fazer, só é possível executar, realizar, mediante cooperação internacional. Vejam que, no caso da Amazônia, ela se expande para muito além do território brasileiro. Nós temos a Amazônia na Colômbia, na Venezuela, no Equador, no Peru, e nós fizemos – até porque era a nossa forma de enxergar a Amazônia como um todo, mas não apenas expandir para além disso –, nós já fizemos auditorias coordenadas na América Latina inteira, com a adesão de todos os países da América Latina em unidades de conservação. Para verificar todas as áreas protegidas, nós temos um mapa de áreas protegidas com indicadores, inclusive de governança, de plano de manejo, gestão ambiental etc., e concessões de florestas, então, nós temos esse mapa, que foi feito na América Latina já, em mais de uma auditoria coordenada, e agora nós vamos apresentar em Praia, Cabo Verde. Cabo Verde é o relatório final de mais uma auditoria coordenada, agora nos países da CPLP, que foi um desafio. Uma coisa é fazer auditoria coordenada aqui na América Latina, somos todos vizinhos, todos eles falam espanhol e, portanto, aqui a gente se vira também. Quando nós fomos pensar em transpor essa metodologia que nós desenvolvemos aqui na América Latina para a CPLP, os desafios foram grandes, porque as assimetrias, isto é, embora falemos todos a língua portuguesa, as assimetrias são imensas. Vocês não conseguem imaginar o que é sentar com o Tribunal de Contas de Guiné-Bissau ou de São Tomé e Príncipe, enfim, e nós vamos apresentar em Cabo Verde agora, no mês que vem, o relatório final dessa auditoria coordenada em áreas protegidas nesses países. É um desafio, mas é, ao mesmo tempo, muito gratificante, porque, de certa forma – o Brasil e Portugal que lideram, claro –, Angola, Moçambique também têm uma boa capacidade institucional, mas fundamentalmente, quem têm orçamento é Brasil e Portugal. E a gente tem se sentido muito feliz e muito recompensado em apoiar os nossos colegas lusófonos a aumentar a sua capacidade institucional. Vejam que Guiné-Bissau é um dos países com institucionalidade mais limitada nos países da CPLP. São Tomé e Príncipe também está vivendo algumas dificuldades, mas Guiné-Bissau talvez seja... E o que é que nós fizemos, até como forma de fortalecer o Tribunal de Contas de Guiné-Bissau? Nós elegemos Guiné-Bissau presidente da OIS-CPLP, que é a Organização de Instituições Superiores da CPLP. O Brasil tem

a Secretária-geral, até havia outros candidatos, mas nós fizemos um processo de sensibilização porque achávamos que dar a presidência para a Guiné-Bissau era uma forma de mostrar prestígio internacional e a necessidade das instituições nacionais de Guiné-Bissau respeitarem as competências do Tribunal de Contas. Então nós temos esse olhar também. E certamente a sua ideia é algo que já está aqui, já estava um pouco aqui na cabeça, mas, agora, ouvindo de uma pesquisadora como você, é um ânimo a mais; a nossa equipe ali da nossa Secex Ambiental já está atenta para que a gente possa aprofundar. Que bom, que bom! Portanto, obrigado Ima. Eu quero convidar agora o professor Leonardo Secchi, que é professor da Universidade do Estado de Santa Catarina, especialista em políticas públicas. Bem-vindo!

LEONARDO SECCHI

Obrigado, presidente. Também quero cumprimentar todos os conselheiros, as pessoas presentes nessa reunião e dizer para vocês que também para mim é uma grande honra participar desse fórum, representando o setor acadêmico; nesse caso aqui, filiado à Universidade do Estado de Santa Catarina e também à Sociedade Brasileira de Administração Pública, que é um órgão de aconselhamento estratégico da Presidência do TCU e do aprimoramento da nossa administração pública brasileira. Quero parabenizar o ministro Bruno Dantas e todo o TCU pela presidência da Intosai. Tivemos, ano passado, o Incosai no Rio de Janeiro – a realização do evento, não foi? Trazer esse evento para cá foi um elemento simbólico muito importante para a nossa expressão de liderança do ponto de vista global. E, o senhor assumindo a presidência, tenho certeza de que essa liderança será exercida com maestria. Nós, que somos da academia, entendemos bem a importância da Intosai. Estamos sempre em contato também com os tribunais de contas estaduais e sabemos o quanto o que a Intosai é realmente um farol de estabelecimento de diretrizes para controle externo de mais de cem países e, então, realmente ter isso como a liderança do Brasil. Essa questão do complexo de vira-lata foi colocada, e a gente tem que reforçar que o Brasil tem assumido e tem feito com maestria esse tipo de papel. É também essa atitude de ter colocado o ClimateScanner como carro-chefe da atividade. E acho que está claro para todos que a mudança climática é a principal urgência dos nossos tempos. É uma urgência do ponto de vista da sobrevivência, não do planeta, porque a rocha continuará girando, mas da sobrevivência nossa como humanidade, em nossas próximas gerações. Quero também agradecer a todo o pessoal de coordenação do GT, principalmente o Claudio Castello Branco e também o Uriel Papa, nossos coordenadores, que conseguiram de forma habilidosa traduzir tudo o que foi discutido em nossas reuniões aqui de forma sintética, colocar aquilo que nós pensamos como conselheiros para a transformação digital e a eficiência do Estado brasileiro. Também quero agradecer ao Instituto Serzedello

Corrêa, em nome do nosso diretor, Adriano Amorim. É muito bom ter esse suporte organizativo e de inteligência que vocês trazem para todo o trabalho de condução do Cecap. E dizer que estamos fechando um ciclo. Acabamos de ter a portaria de dois anos encerrada. Acho que resta o desafio para todos nós de colocar em prática todas as diretrizes estratégicas lá na ponta, principalmente dos Tribunais de contas estaduais e municipais, no próprio TCU, na indução da administração pública direta e indireta para planejar essas ações, levando em consideração essas diretrizes que colocamos; estamos muito no plano abstrato. E levar isso é realmente um navio, e mudar de rumo um navio é um trabalho de persistência, então é um desafio para todos nós. Mas estamos seguros de que, com a liderança do TCU, vamos conseguir induzir, junto com outros órgãos, a modernização da administração pública brasileira. E da nossa parte da academia, acho que também resta um grande desafio: o de produzir ciência, especialmente a ciência social aplicada, para servir de subsídio decisório da administração pública. Hoje, nossos mecanismos de indução da produção científica no Brasil são muito voltados para a produção de *papers* em periódicos internacionais, o que é muito importante – as nossas avaliações de Capes pós-graduação são muito nesse sentido. Mas eu acho que tem uma perna que nós temos que fortalecer muito nos próximos anos, que é a produção de ciência aplicada para a resolução do problema concreto lá no município, lá na fila do posto de saúde, lá na avaliação de política pública, na transformação digital, que foi muito colocada aqui, na questão da saúde, na educação, ou seja, a nossa pesquisa, ao invés de agradar, ou, além de agradar os ditames da ciência internacional, que ela possa agradar com dinheiro público e, principalmente, sendo uma universidade pública, as estaduais, assim como as universidades federais, utilizarem sua inteligência para resolver problemas concretos e, principalmente nós, da área da administração pública, na mudança do paradigma de gestão. Eu acho que isso é uma mudança epocal. Temos aí a Cláudia Costin, que foi nossa ministra da Reforma Administrativa na reforma do Estado. Que possamos realmente enterrar de vez o nosso paradigma patrimonialista, que ainda tem alguns resquícios, especialmente nos rincões do Brasil; que possamos superar paulatinamente o paradigma burocrático. Ele está ainda bastante vigente e vai continuar vigente. Mas a complementação disso, com os modelos mais recentes e, principalmente, a transformação digital, que foi bastante colocada aqui. Eu acho que nós estamos em um duelo de racionalidades dentro da administração pública, com racionalidade muito pautada no direito administrativo condicional; a racionalidade jurídica, que estruturou o modelo burocrático, e essa racionalidade que agora é colocada – uma racionalidade simplificadora de eficiência, que é essa que foi colocada da bolha do pessoal que trabalha no setor de informação, de inteligência, agora a inteligência artificial. De novembro do ano passado para cá, tivemos um *boom* de entendimento do que é a potencialidade da transformação digital, e que esses dois mundos possam se conversar, os dois mundos: a inteligência jurídica estrutural, mas também a inteligência simplificadora,

que é a inteligência desse pessoal que está vindo com força total para transformar a nossa administração pública, complementando a chamada Administração Pública Gerencial, que foi iniciada lá com Bresser Pereira, com a Claudia Costin e com um grupo brilhante de pessoas que ajudaram a transformar a nova governança pública e, agora, a transformação digital. Quero de novo agradecer demais o espaço, dizer que foi uma grande honra colaborar com o Cecap, com todos vocês, realmente um espaço privilegiado. Alex, todo mundo com quem a gente teve várias interações, agradecer os colegas, especialmente do GT3. Tivemos ainda a transformação digital, e seguimos à disposição do Tribunal de Contas, do ISC, enfim, para todos os desafios que vêm pela frente e a gente continuar colaborando. Muito obrigado.

BRUNO DANTAS

Obrigado, professor Leonardo. O conselheiro Joaquim Sebastião Helvécio precisou desconectar, e eu vou convidar agora o Luiz Humberto Cavalcante, que é consultor legislativo da Câmara dos Deputados na área de regulação de sistema Financeiro.

LUIZ HUMBERTO CAVALCANTE VEIGA

Quero agradecer e cumprimentar o ministro Bruno Dantas, cumprimentar toda a equipe do TCU, cumprimentar os colegas conselheiros; dizer que foi uma grande honra ter trabalhado, ter podido contribuir com esse Conselho, com o Cecap, e dizer também que não foi a primeira vez que eu contribuí. Aliás, antes de dizer isso, eu queria agradecer o convite que foi feito pela Ministra, na época, presidente do TCU, ministra Ana Arraes, e dizer que o primeiro contato que eu tive com ela foi exatamente no momento de política pública. Então, eu vim da iniciativa privada e me encontrei com o ministro Bruno, que fico muito feliz de ver como Ministro, como presidente desta Casa. E a gente brigava por um direito. Então, quando nós nos conhecemos, nós brigávamos por um direito que nós tínhamos adquirido ao passar no concurso da Câmara. Então estava uma coisa meio demorada e tal... E, infelizmente eu tive essa primeira desconexão, porque o Ministro foi primeiro para o Senado – ele estava entre Senado e Câmara, foi para o Senado, foi para a Casa mais chique, vamos dizer assim. Eu fui para o povo. E aí, nessa de ir para o povo, eu tive contato com a ministra Ana Arraes, e a gente teve um trabalho muito interessante, que foi justamente com relação à questão das tarifas bancárias; foi um primeiro momento em que a gente pôde colocar uma política pública voltada para o sistema financeiro, então nós conseguimos fazer um processo extremamente... – inclusive com a Tatiana, que é nossa colega aqui também, que participou ativamente lá na época. Nós tivemos a oportunidade de trazer essa política de uniformização dos preços – aliás, dos preços,

não – da nomenclatura das tarifas bancárias na época que elas eram totalmente assim: um chamava de extrato, outro chamava de... só faltava chamar de relação, outro chamava de tarifa. Existia tarifa basicamente para uso de ar-condicionado da instituição financeira. Então, era uma “terra sem lei” e a gente conseguiu – inclusive sem nenhuma manifestação, sem nenhum processo legislativo efetivo da Câmara dos Deputados ou do Congresso Nacional – a gente conseguiu adotar... fazer a máquina se mover, e nós conseguimos tirar uma resolução do Banco Central, do Conselho Monetário Nacional na época, para que fosse feita essa uniformização das tarifas bancárias. Isso foi, em termos de inclusão financeira, um passo gigante que foi dado, totalmente inesperado. Nós não tínhamos a menor expectativa de que aquilo fosse acontecer. Existiam inúmeros projetos de lei tramitando no Congresso que simplesmente não andavam, obviamente por questões políticas, e a gente conseguiu ver isso. Quer dizer, conseguimos ver, e a Ministra à época foi uma das condutoras desse processo. E, obviamente, como o próprio ministro Bruno, que teve oportunidade até de ver no meu primeiro livro que eu lancei, esse meu carinho pelo sistema financeiro, esse meu amor pelo sistema financeiro – como também o colega Fabio aqui, nós fomos colegas de doutorado na UnB e depois ele me deu a honra de participar de um seminário aqui no TCU. Eu fiquei muito honrado com esse convite. E dentro dessa perspectiva, o Cecap me trouxe a segunda oportunidade de colaborar com o TCU. A primeira foi numa colaboração, quando houve uma mudança na legislação que permitiu que as instituições financeiras públicas passassem a adquirir outras instituições ou outras empresas, e nesse momento, eu também, talvez por conta de ser o “enxerido” no sistema financeiro, de estar sempre me metendo e sempre conversando a respeito, fui chamado para colaborar com a equipe que estava fazendo o desenvolvimento dos seus planos de ação com relação à auditoria, e essa segunda oportunidade me deixou muito feliz, porque eu tive a honra de estar com essas pessoas que a gente nem precisa falar..., o mais icônico da história aqui seria o ex-presidente Pastore, que, na época em que ele era presidente do Banco Central – porque eu fui do Banco Central também, passei cinco anos por lá –, mas na época em que eu estava lá, em que ele foi presidente do Banco Central, eu estava aprendendo e ensinando Fortran, porque eu fui aluno de Fortran e depois eu fui monitor de Fortran na UnB, no meu curso de engenharia. Enfim, dito isso, quer dizer, agradecendo essa oportunidade, quero colocar, no momento eu estou exercendo uma função, vamos dizer assim, uma função colaborativa, eu hoje sou diretor adjunto da macroárea de economia, sistema tributário, finanças públicas, sistema financeiro, obviamente que não iam me deixar fora disso, da consultoria legislativa da Câmara. Portanto, eu tive a oportunidade de ver coisas que a gente está acompanhando agora, que foi primeiro a aprovação dessa nova regra fiscal e dessa primeira fase da reforma tributária, que ainda está lá. Não foi para o Senado, mas pelo menos a regra fiscal está resolvida, graças a Deus. E a gente vai agora começar com essa batalha – aliás, esperar o retorno da reforma tributária – e também o que provavelmente é o

próximo passo que vai andar. Esse provavelmente não andar lá na nossa área, mas pelo menos o que a gente tem visto é um segundo passo com relação à reforma administrativa. Isso realmente não é da minha área, mas é o que a gente espera para esse final de ano e ano que vem. Reiterando então meus agradecimentos, me coloco, como sempre, à disposição para colaborar com políticas públicas. Estou aqui e estou acessível ao meu amigo Bruno, ministro Bruno.

BRUNO DANTAS

Obrigado, Luiz Humberto, é muito bacana te rever. Eu vou convidar agora a representante residente do Pnud no Brasil, que é um grande parceiro do TCU, Maristela Baioni. Maristela, por favor, a palavra é sua.

MARISTELA BAIONI

Bom dia a todos, bom dia Ministro, bom dia aos meus colegas conselheiros e à equipe de servidores superqualificada desse Tribunal. Eu queria, Ministro, começar parabenizando o Tribunal pela sua abertura para o diálogo. E, nesse sentido, eu queria destacar o diálogo internacional. Eu acho que esse é o primeiro ponto que eu gostaria de destacar. E lembro, Ministro, tenho acompanhado o trabalho do TCU já ao longo de muitos anos – assim como curiosa, como amiga, às vezes com eventos pontuais, às vezes com parcerias –, mas tenho acompanhado o trabalho incessante do Tribunal nessa busca do diálogo internacional, tanto para trazer experiências práticas, boas práticas de experientes para dentro e qualificar os seus servidores, quanto também levar a suas boas práticas, as suas experiências para fora. A gente viu isso quando o Brasil liderou a CEF, que é a instituição regional do Intosai, o Brasil teve um papel bastante relevante. E também nas auditorias coordenadas, que eu acho que foi uma grande inovação que o Tribunal fez, e o Brasil de novo teve uma grande liderança; então, queria parabenizar e não poderia deixar de parabenizar, agora, a liderança do Tribunal de Contas da União na presidência do Intosai. E, com isso, quero mencionar a nossa grande surpresa e alegria de sermos contatados para discussão sobre o ClimateScanner e todo um processo de parceria que se instalou e, obviamente, aqui, a concepção é do Brasil. Eu acho que a concepção, o desenho, a nota técnica, a inspiração vêm do Brasil, que consegue engajar um conjunto de atores e outros organismos internacionais. Acho que realmente isso vai mudar o padrão com que nós acompanhamos os tratados, os acordos e as convenções internacionais. Nós vemos essa ação do Tribunal e da Intosai como uma ação de um aliado, de um grande aliado. Então, quando nós recebemos a notícia, ficamos bastante empolgados. Claro que nos

preocupa, e eu acho que a doutora Carla coloca isso: como os executivos dos diversos países olham essa parceria. E, aqui, Ministro, se o senhor me permite, continuar, eu acho que incentivar, recomendar que vocês continuem com as alianças com os organismos internacionais e com a sociedade, com as ONGs internacionais também no escopo da Intosai. Vocês também vão precisar de algum apoio para que essa ferramenta seja uma ferramenta concreta, real, com métricas padronizadas, e que os países estejam engajados e enxerguem esse esforço da Intosai não como um esforço só de fiscalização e de conformidade, mas, sim, de uma grande ferramenta que impulse uma transformação planetária. E eu acho que isso é o que nós estamos buscando. Eu queria deixar isso registrado: a nossa alegria de ter essa parceria com o Tribunal e com a Intosai para avançar os acordos assinados pela ONU ou os tratados do sistema das Nações Unidas, que esse é o nosso dia a dia. Então, tê-los como aliado, é um privilégio. Eu queria mencionar, o senhor não mencionou, eu também talvez esteja desatualizada, talvez seja essa a razão pela qual o senhor não mencionou, mas que o Brasil se candidatou para o *Board of Auditors*. Esse é um outro papel bastante relevante de ter o Tribunal de Contas da União, os especialistas superqualificados aqui do Tribunal, participando no *Board* de auditorias da ONU. Nesse sentido, Ministro, eu vou fazer uma ponte porque eu trabalhei para o Ministério Educação e depois fui trabalhar no Pnud. Apanhei bastante quando entrei no Pnud, porque as regras, os procedimentos são bastante diferentes da administração pública. Então passei por um processo obviamente de aprendizagem, e aprendi muito com os auditores do Pnud. Hoje eu trabalho com muita tranquilidade. Supervisiono um portfólio de cem projetos da carteira do Pnud no Brasil, e com muito sucesso do ponto de vista de relatórios de auditoria. Mas foi muito importante esse processo pedagógico de indução. E eu acho que vocês têm um papel fundamental nesse exercício de fiscalização e de monitoramento das políticas públicas, mas que possam permitir o fortalecimento institucional de capacidades dos órgãos públicos. Hoje eu sei o que os auditores esperam de mim, os auditores do Pnud, do sistema ONU, e a gente entrega. Assim ficou muito mais fácil, porque tem um diálogo já estabelecido. As regras são claras, os padrões são claros, as métricas estão definidas, a gente sabe o que a gente entrega, e a gente faz isso em parceria com a CGU, que é um grande parceiro do Pnud nos processos de auditoria junto aos projetos de execução nacional aqui no Brasil. Então, eu vejo os auditores não só como um papel de fiscalização – o *hard*, o senhor falou no *hard power*, mas também num processo que, quando for necessário usar *hard power*, tem que usar o *hard power* –, mas num processo gradativo de fortalecimento das entidades, das instituições e das pessoas, principalmente das pessoas, para que elas possam dar essa devolutiva. E queria só agora mergulhar um pouquinho, quando eu falei do diálogo internacional, no diálogo nacional através do Cecap e através da sociedade civil aqui representada. Queria agradecer essa oportunidade de ter participado. Eu também me coloco

aqui, junto com os colegas, que eu acho que eu mais aprendi do que contribuí. É um grupo diverso. Parableno o Tribunal não só por essa diversidade do grupo, mas nós somos nove mulheres de dezesseis. Queria deixar esse registro com muita alegria de estarmos aqui, de um reconhecimento do espaço da mulher, da mulher que trabalha, que contribui. Portanto, acho que isso é muito significativo no âmbito desse Conselho. Acho que os temas escolhidos, os grupos de trabalho foram muito acertados e vou dizer por que eu penso assim. Porque eles superdialogam com a Agenda 2030, eles dialogam com o Acordo de Paris e eles respondem a esses compromissos que o país assumiu. E, para finalizar, eu queria só mencionar que eu vejo como muito importante a gente continuar; todos os grupos têm a sua relevância, a sua importância. O Pnud, inclusive, usa o tema da transformação digital como um facilitador do desenvolvimento sustentável e do desenvolvimento humano. Com todas as preocupações que nós temos, em que as políticas públicas precisam garantir acesso àqueles que estão na ponta da vulnerabilidade, aqueles que estão lá embaixo, na pirâmide social, não é? Então a gente tem uma preocupação muito grande que a transformação digital não aumente esse fosso entre os pobres e os ricos no país, que não crie desigualdade, mas, sim, que a gente consiga que as políticas públicas não só façam as transformações dos serviços, mas criem mecanismos para garantir o acesso àqueles que estão lá na ponta da pirâmide, lá embaixo na pirâmide, para que a gente possa ter um processo que seja inclusivo. Mas queria fazer fortemente a recomendação de que a gente continue, que o Cecap continue com o grupo de trabalho voltado para o tema socioambiental. Acho que é um tema que estamos todos olhando. Mas eu trabalho muito próximo do Pnud, como eu mencionei, tem uma carteira de projetos muito grande, trabalhando muito próximo do Executivo, tanto federal como nos estados, e a caminhada é longa. A caminhada ainda é longa. Acho que ainda falta muito. Precisamos criar uma autoridade nacional do clima. Nós precisamos pensar numa estruturação do mercado de carbono. O trabalho ainda vai levar alguns anos. Então, se pudéssemos, na perspectiva do Cecap, nos dedicarmos a essa temática para trazer elementos de subsídios para ajudar na aceleração desses mecanismos necessários, para colocar, sim, um plano de mudança do clima que seja holístico, que olhe, não é um tema setorial, é um tema intersetorial, interdisciplinar. Acho que é assim, há muitos desafios e ainda temos muitas distâncias aqui de visões de mundo, de poder, de articulação; é um tema que vai precisar de muito apoio. Embora o Brasil tenha se destacado agora e tenha voltado com essa pauta do ponto de vista internacional e tenha trazido também essa pauta mais fortemente do ponto de vista doméstico. Mas acho que esse será um dos pontinhos que deixarei como uma grande necessidade de suporte. Então agradeço, e peço desculpas, se falei muito, e quero me colocar à disposição tanto do Tribunal, e também colocar o Pnud à disposição do TCU, para continuar as diferentes parcerias e colaborações. Muito obrigada!

BRUNO DANTAS

Muito legal! Obrigado, Maristela. Eu comentei com a Maristela aqui, mas eu gostaria de compartilhar com todos. Na segunda-feira, em Nova Iorque, eu, como presidente da Intosai, e a Doutora Margit Kraker, que é a presidente do Tribunal de Contas da Áustria, como secretária-geral, vamos assinar um memorando de entendimento com o Pnud, com uma extensa lista de compromissos e possibilidades de compartilhamento de informações, inclusive colocando a Intosai como organização internacional à disposição do sistema ONU para receber provocações, no bom sentido, de temas que merecem um olhar mais atento, de formas de conduzir temas sobre os quais devemos conduzir auditorias, fiscalizações e análises. E, de fato, Maristela, eu não falei, mas está se aproximando novembro, na sessão que chega da Assembleia Geral das Nações Unidas, haverá uma eleição para o Board de auditores da ONU. São apenas três países que, com mandato de seis anos, fiscalizam as contas do sistema ONU, do orçamento do sistema ONU e hoje compõem o Board: o Chile, a França e a China. E o mandato do Chile acaba no ano que vem, e a eleição é agora em novembro, e até ontem nós éramos candidatos únicos. Agora, a Tanzânia apresentou candidatura. Essa é uma vaga que regionalmente é destinada para América Latina e África. Estamos já há alguns meses em campanha. O Itamaraty tem nos ajudado muito. O presidente Lula escreveu uma carta dirigida aos presidentes de todos os países que são filiados à ONU, e estamos muito esperançosos. Acreditamos que integrar essa junta de auditores que tem um trabalho muito, muito valoroso na fiscalização do orçamento, em que os países contribuem para o funcionamento da ONU, será uma forma de reenergizar os nossos auditores e dar a eles uma capacidade que, nesses cento e trinta e poucos anos de existência do TCU, nós nunca tivemos. A nossa agenda internacional está “a mil”. É a segunda vez que o Brasil preside a Intosai. A Intosai foi criada em mil novecentos e cinquenta e três, nós fomos presidentes em mil novecentos e cinquenta e nove, de cinquenta e nove a sessenta e dois e somos os únicos a presidir duas vezes a Intosai. Nenhum outro país presidiu duas vezes. E agora temos essa candidatura, a Junta de Auditores da ONU, e esperamos pela primeira vez ter instrumentos para olhar a ONU por dentro. É claro que isso certamente vai aumentar muito a nossa capacidade institucional e a capacidade técnica dos nossos auditores. Já estamos, antes mesmo da eleição, já estamos nos preparando para isso. Um grupo de auditores nossos já foi para um intercâmbio profissional, não é intercâmbio de aula, é intercâmbio profissional, fazer auditoria junto com colegas do Chile, da França, de Marrocos – Marrocos também tem uma tradição muito grande em auditar organismos internacionais na África –, e Portugal também. Já mandamos uma equipe nossa para Portugal. Então, estamos nesse momento, agora, canalizando energias para essa eleição. Obrigado, Maristela.

MARISTELA BAIONI

A torcida vai ser grande.

BRUNO DANTAS

Obrigado. E para finalizar, agora eu quero ouvir a advogada Tatiana Galvão, foi servidora do nosso Tribunal por muito tempo e é uma amiga da Casa.

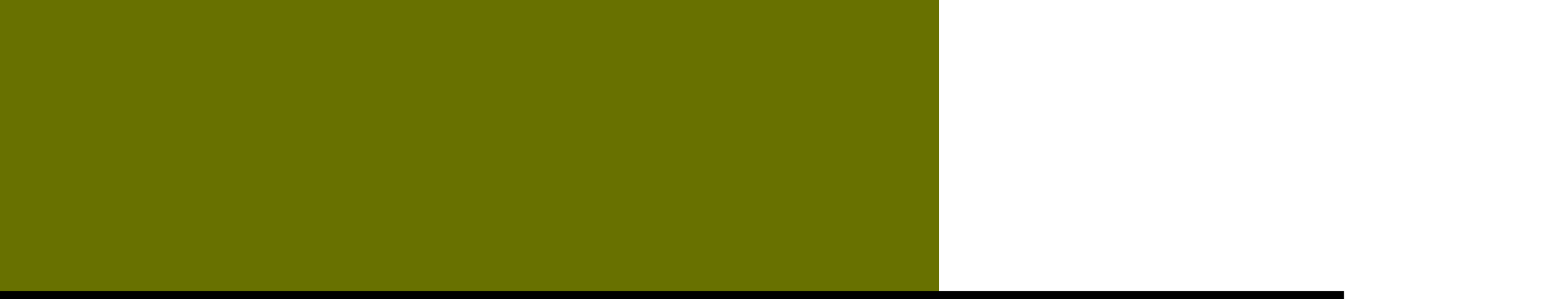
TATIANA GALVÃO

Obrigada, Presidente. Eu quero cumprimentá-lo, ao senhor e a todos os presentes, conselheiros e servidores. Serei muito breve. Falar por último tem suas vantagens. Todo mundo já falou tudo, não tenho nada para discordar, então tem só um complementinho para fazer, e é isso que eu vou fazer. O meu grupo é o GT3, Transformação Digital e Eficiência do Estado. Eu vejo a transformação digital, o avanço da transformação digital, diretamente proporcional à eficiência do Estado nos dias atuais. E vejo que o TCU o tem primado por isso. Na última reunião, nós falamos sobre a importância da auditoria operacional. O professor Helvécio e eu batemos muito nessa tecla. E eu vi também que, na demonstração de operações, aumentou consideravelmente o número de auditorias operacionais, e isso fomenta a qualidade das ações do Estado posteriores às auditorias, porque demonstra em que foi errado e em que pode melhorar. E a auditoria contábil hoje pode ser feita pela inteligência artificial de modo majoritário. São dados que podem ser avaliados pela inteligência artificial. E, fora isso, eu queria só chamar a atenção para o ambiente internacional em que o TCU está entrando, que é um ambiente anárquico, decorrente da soberania da maior parte dos Estados, dos atores que operam no ambiente internacional. O TCU está saindo de um ambiente hierarquizado da Intosai para entrar no ambiente da ONU, que é anárquico por natureza, porque cada um é soberano e está ali se condicionando a obedecer a um tratado ou não. É um grande desafio, e eu parabeno a coragem do presidente Bruno e tenho certeza de que ele será bem avaliado ao final da empreitada.

BRUNO DANTAS

Obrigado, Tatiana. Senhores conselheiros, foi uma manhã muito rica e eu quero, ao fim desta reunião, agradecer. Como falei no começo, é o fim desse ciclo; eu discutirei com os Ministros da Corte a renovação do Conselho. De qualquer forma, já gostaria

de manifestar, em nome do nosso plenário, em nome do nosso corpo de auditores, os mais sinceros agradecimentos, porque, como as senhoras e os senhores puderam perceber, o Tribunal, quando diz que se abre para a sociedade, isso não é só discurso. Nós realmente temos buscado nessas conversas, nessas interações, insumos para subsidiar fiscalizações importantes do nosso Tribunal. Quando ouço Ima falar algo sobre o que devemos pensar e onde devemos nos concentrar, certamente, aqui, a nossa equipe tomou nota quando a ministra Ellen Gracie falou, enfim, quando todos, nos trazem esses aportes. Certamente não é apenas para que o Tribunal faça a cena de que tem um órgão de consulta à sociedade civil. Na verdade, isso faz parte da nossa gênese, faz parte do nosso DNA, e nós queremos aprofundar esse diálogo. É muito bom saber como vocês veem o TCU. É muito bom saber o que vocês esperam do TCU, porque é em encontros como esse que nós reorientamos a nossa ação, em encontros como esse que, muitas vezes, vocês me dão argumentos para discutir com os auditores. Eu falo assim “olha, vocês viram lá o que é que eles disseram? É assim, a função pedagógica é uma função que todo mundo quer”. Eu enfrentei grandes dificuldades. Me dá esse livro aqui, Adriano. Ontem eu lancei esse livro chamado Consensualismo na Administração Pública e Regulação; é a primeira vez que alguém que integra o sistema do Tribunal de Contas tem coragem de pregar um consenso publicamente, buscando fundamentação teórica para isso. Quando eu apresentei a proposta de criação da Secex Consenso lá no Tribunal, eu mereci um editorial do Antagonista, que é um *blog* que alguns de vocês em algum momento devem ter lido. Eu não leio mais pela baixa qualidade dos comentários. Mas, no TCU, existem alguns auditores que são fontes do Antagonista, então eu mereci um editorial me desancando: “Um consenso à la Bruno Dantas”. E foi para dizer que basicamente eu estava defendendo algo antirrepublicano, mas eu acho que o tempo é o senhor da razão e vamos marchando em frente. Eu fiquei muito feliz com todas as observações que foram feitas e que me fazem ver que, salvo, claro, algumas correções de rumos, estamos ouvindo as pessoas certas. Em vez de dar ouvido a quem escreve editoriais para destruir, nós estamos aqui reunidos com quem deseja construir um Brasil melhor. Por isso, eu quero agradecer mais uma vez e encerrar essa reunião.





MISSÃO

Aprimorar a administração pública em benefício da sociedade por meio do controle externo.

VISÃO

Ser referência na promoção de uma administração pública efetiva, ética, ágil e responsável.

portal.tcu.gov.br